



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (FACE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO ECONÔMICA DE FINANÇAS PÚBLICAS

WILLIAN APARECIDO RODRIGUES SOARES

ENDIVIDAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO: UM ESTUDO TEMPORAL NA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

Brasília, DF

2025

WILLIAN APARECIDO RODRIGUES SOARES

**ENDIVIDAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO: UM ESTUDO TEMPORAL NA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Nascimento Júnior

Brasília, DF

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

--

WILLIAN APARECIDO RODRIGUES SOARES

**ENDIVIDAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO: UM ESTUDO TEMPORAL NA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antônio Nascimento Júnior (Orientador)
UnB

Pof.Dr. Roberto de Goés Ellery Júnior (Examinador interno)
UnB

Prof. Dr. George Henrique de Moura Cunha (Examinador externo)

Brasília, DF

2025

A Deus e a Nossa Senhora Aparecida, por todos os benefícios e graças. Aos meus filhos, Antonella e Lucas, e ao meu afilhado, Valentino, por serem a inspiração e a alegria que movem a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, por consagrarem diariamente o dom da vida e por me oportunizarem momentos de contínuo crescimento, tanto pessoal quanto profissional.

Aos meus pais, Cristiana e Wilson, e à minha irmã, Allana, por serem o meu esteio em todos os momentos. Minha gratidão se estende aos meus tios e tias, que me auxiliaram de forma fundamental quando cheguei à Capital Federal para iniciar esta minha jornada Profissional.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Economia, pelos valiosos ensinamentos, em especial ao meu orientador, Professor Doutor Antônio Nascimento Júnior, por sua orientação precisa, paciência e suporte indispensável em todas as fases deste trabalho.

Aos amigos, tanto os que a vida me deu quanto os que fiz ao longo do curso, pela leveza, incentivo e companheirismo. Em especial, agradeço a Bruno, por sua amizade leal e por todo o apoio.

Finalmente, sou grato a todos que dividem diariamente a jornada de trabalho e a todos aqueles que, mesmo sem perceber, contribuíram de alguma forma para a realização deste objetivo pessoal e profissional.

“O sonho é que leva a gente para a frente. Se a gente for seguir a razão, fica aquietado,
acomodado..”

Ariano Suassuna

RESUMO

Este estudo investiga o endividamento dos servidores públicos federais, da Universidade de Brasília (UnB), com ênfase no uso do crédito consignado como mecanismo compensatório diante da estagnação salarial e das perdas inflacionárias ao longo dos anos. A pesquisa adota abordagem metodológica mista, combinando análise quantitativa – por meio de dados financeiros e funcionais extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) – e reflexão qualitativa, fundamentada em políticas públicas e contexto econômico-institucional. Os resultados revelam padrão preocupante de aumento contínuo no valor médio dos contratos de consignação entre os anos de 2017 e 2024, com destaque para os servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), que apresentam taxas de endividamento significativamente superiores às dos docentes. Observa-se relação inversa entre o nível na carreira e o percentual de comprometimento da renda: servidores em níveis iniciais, com menor remuneração, destinam proporções maiores da sua renda ao pagamento de dívidas. O cenário revela um quadro de vulnerabilidade financeira estrutural, agravado pela ausência de políticas institucionais de educação financeira e apoio orçamentário. Conclui-se que o crédito consignado tornou-se um recurso quase essencial para a manutenção do padrão de vida dos servidores, especialmente aqueles em faixas salariais mais baixas.

Palavras-chave: Endividamento. Crédito Consignado. Servidores Públicos Federais. Estagnação Salarial. Gestão Financeira Pessoal. Universidade de Brasília.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the evolution and effects of the indebtedness of public servants at the University of Brasília (UnB) between 2017 and 2024, in a context of high salary stagnation. The central objective was to understand the dynamics of indebtedness, characterize the profile of the most affected servants, and evaluate the relationship between the loss of purchasing power and the growing dependence on credit operations, notably payroll-deducted loans. The methodology consisted of a quantitative and temporal analysis of institutional financial data extracted from the Integrated Human Resources Administration System (SIAPE). The results indicate that the dynamic of the period was not one of expansion in the number of borrowers, but of an intensification of debt: on a stable base of servants, the average debt value per contract grew by 54.1%. The profile analysis revealed that the Technical-Administrative Staff in Education (TAEs) constitute the most vulnerable group, with rates of indebtedness and income commitment more than double those observed among the faculty. The study concludes that a strong relationship exists between the loss of approximately 18% of purchasing power during the period and the increased dependence on credit, which has become a structural mechanism for income compensation for the servants.

Keywords: Indebtedness. Public Servants. Payroll-Deducted Loans. Salary Stagnation. University of Brasília.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do Número de servidores por cargo e situação funcional (2015-2024)	27
Gráfico 2 – Distribuição salarial dos servidores PMS ativos e aposentados (dez./2024).....	31
Gráfico 3 – Distribuição salarial dos servidores TAE ativos e aposentados (dez./2024).....	32
Gráfico 4 – Comparativo entre Reajuste Nominal Anual, Inflação Anual (IPCA) e a Evolução Real Acumulada da Remuneração dos TAEs	35
Gráfico 5 – Distribuição da Renda Líquida (com exclusão dos descontos compulsórios e facultativos) dos TAEs aposentados da UnB (mar./2025)	36
Gráfico 6 – Percentual de servidores da UnB com empréstimo consignado (2017-2024).....	41
Gráfico 7 – Evolução do volume e quantidade de consignações na UnB (2017-2024)	42
Gráfico 8 – Evolução do valor médio por contrato de consignação na UnB (2017-2024)	43
Gráfico 9 – A intensificação do endividamento na UnB (2017-2024).....	43
Gráfico 10 – Comparativo entre o total de servidores e o total de servidores com empréstimo por grupo (dez./2024)	46
Gráfico 11 – Taxa de endividamento por categoria e situação na UnB (dez./2024)	47
Gráfico 12 – Percentual médio de comprometimento da renda por grupo (out./2024).....	47
Gráfico 13 – Taxa de endividamento por nível de cargo (TAEs ativos – out./2024).....	48
Gráfico 14 – Percentual de comprometimento da renda por nível de cargo (TAEs ativos – out./2024)	49
Gráfico 15 – Valor médio da dívida por servidor endividado por nível de cargo (TAEs ativos – out./2024)	50
Gráfico 16 – Distribuição comparativa do comprometimento da renda para TAEs ativos (out./2024)	52
Gráfico 17 – Distribuição comparativa do comprometimento da renda para TAEs aposentados (out./2024)	52
Gráfico 18 – Distribuição da quantidade de contratos por servidor (Amostra de 1.505 TAEs Ativos com Empréstimo – dez./2024)	53
Gráfico 19 – Síntese da dinâmica do endividamento na UnB, comparando a evolução do volume total da dívida com a quantidade de contratos e de servidores únicos com empréstimo (2017-2024)	55
Gráfico 20 – Evolução da taxa de adesão ao Auxílio-Saúde por categoria e situação funcional (2017-2024)	57
Gráfico 21 – Sobreposição de empréstimos e planos de saúde entre TAEs ativos (2017-2024)	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do quadro de servidores da UnB (2015-2024).....	27
Tabela 2 – Situação funcional dos servidores (dez./2024)	29
Tabela 3 – Distribuição dos servidores ativos por sexo (dez. 2024)	29
Tabela 4 – Distribuição por faixa etária (dez./2024)	30
Tabela 5 – Servidores efetivos da UnB, servidor Técnico-Administrativo em Educação por nível.....	31

LISTA DAS ABREVIATURAS E SIGLAS

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo	CNC
Distrito Federal	DF
Decanato de Gestão de Pessoas	DGP
Decanato de Planejamento, Orçamento e Gestão	DPO
Data Warehouse	DW
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas	FACE
Fundação Habitacional do Exército	FHE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Instituição Federal de Ensino Superior	IFES
Instituto Nacional do Seguro Social	INSS
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo	IPCA
Incentivo à Qualificação	IQ
Lei Geral de Proteção de Dados	LGPD
Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos	MGI
Medida Provisória	MP
Nível Auxiliar	NA
Nível Intermediário	NI
Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação	PCCTAE
Produto Interno Bruto	PIB
Professores do Magistério Superior	PMS
Programa de Pós-Graduação em Economia	PPG/ECO
Retribuição por Titulação	RT
Sistema Financeiro Nacional	SFN
Sistema Integrado de Administração de Pessoal	SIAPE
Serviço de Proteção ao Crédito	SPC
Técnico-Administrativos em Educação	TAE
Tribunal de Contas da União	TCU
Universidade de Brasília	UnB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	OBJETIVOS	14
1.2	OBJETIVO GERAL	14
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
1.4	JUSTIFICATIVA	14
2	ENDIVIDAMENTO	16
2.1	CONCEITOS E DEFINIÇÕES	16
2.2	ECONOMIA DO ENDIVIDAMENTO	17
2.3	O CRÉDITO CONSIGNADO NO BRASIL.....	19
2.4	DETERMINANTES DO ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	22
2.5	CONSEQUÊNCIAS DO SUPERENDIVIDAMENTO	24
3	CONTEXTO INSTITUCIONAL E ECONÔMICO	26
3.1	A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB).....	26
3.2	CARACTERÍSTICAS DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E DOCENTES	28
3.3	ESTRUTURA DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS	33
3.4	ESTAGNAÇÃO SALARIAL, RECOMPOSIÇÕES E PERDAS INFLACIONÁRIAS.....	34
4	MÉTODOS E PROCEDIMENTOS.....	39
4.1	ABORDAGEM DA PESQUISA.....	39
4.2	NATUREZA E TIPO DE ESTUDO.....	39
4.3	TÉCNICAS DE COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	39
5	EVOLUÇÃO DO VOLUME GLOBAL DE CONSIGNAÇÕES NA UnB (2017-2024)	41
5.1	A DINÂMICA DO ENDIVIDAMENTO NA UnB: prevalência, expansão do volume e intensificação da dívida (2017-2024)	41
5.2	O EFEITO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA TRAJETÓRIA DO ENDIVIDAMENTO	44
5.3	PERFIL DO SERVIDOR ENDIVIDADO NA UNB: UMA ANÁLISE ESTRUTURAL	45
5.4	ANÁLISE POR CATEGORIA FUNCIONAL (TAE E PMS).....	45
5.4.1	Análise da carreira TAE por nível de cargo (A, B, C, D e E).....	48

5.4.2	Análise da distribuição do comprometimento da renda na carreira TAE..	51
5.4.3	Padrões de multi-endividamento entre os TAEs ativos	53
5.5	A RELAÇÃO CAUSAL: estagnação salarial como vetor de endividamento	54
5.6	ANÁLISE DAS CONSIGNAÇÕES DE NATUREZA NÃO BANCÁRIA: a influência dos planos de saúde	56
5.6.1	Estudo de Caso: a sobreposição de Despesas Fixas nos TAEs Ativos.....	57
5.7	DISCUSSÃO DAS IMPLICAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS DO ENDIVIDAMENTO	58
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

O endividamento das famílias constitui um dos principais fenômenos da economia brasileira atual, permeando as decisões de consumo e o planejamento financeiro em todos os estratos sociais. Conforme dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), mais de 78% das famílias no País possuíam algum tipo de dívida no ano de 2023, incluindo compromissos com financiamentos e carnês e cartões de crédito. Essa realidade denota ampla dependência do crédito, que, a depender da sua gestão, pode tanto viabilizar conquistas e o bem-estar, no chamado "endividamento saudável", quanto levar a um ciclo de instabilidade, caracterizando um "endividamento patológico".

Dentro desse cenário, os servidores públicos federais despontam como um grupo de estudo de particular interesse. Tradicionalmente vistos pela sociedade em geral como possuidores de estabilidade funcional e renda previsível, tornaram-se um nicho preferencial das instituições financeiras, que veem neles clientes de baixo risco para a disponibilização de crédito. Essa visão levou a uma indústria financeira focada na oferta constante de produtos, com destaque para o crédito consignado, que, por meio de desconto direto na folha de pagamento, reduz o risco de inadimplência para os credores.

No entanto, essa suposta segurança financeira contrasta com uma realidade de crescente precarização, caracterizada por longos períodos de salários estagnados. A falta de reajustes anuais alinhados à inflação, como observado na última década, deteriora gradualmente o poder de compra e exige uma reorganização orçamentária. Nesse contexto, o crédito deixa de ser visto como um instrumento para investimentos específicos e passa a ser considerado como um mecanismo estrutural para a manutenção do padrão de consumo, ou mesmo para cobrir despesas regulares. É nesta interseção paradoxal entre estabilidade de vínculo e vulnerabilidade de renda que se insere o problema de pesquisa desta dissertação.

Para examinar esse fenômeno, o presente trabalho elege como estudo de caso a comunidade de servidores da UnB. Sendo uma das mais importantes instituições de ensino superior do País, com uma comunidade de aproximadamente 56.761 pessoas e um corpo funcional de cerca de nove mil servidores, a UnB representa um microcosmo significativo, gerando impacto socioeconômico substancial para o Distrito Federal (DF).

A análise dos dados institucionais, foco central desta dissertação, revela um quadro complexo e preocupante. Contrariando a percepção de uma expansão generalizada, os resultados apontam para uma forte intensificação do endividamento – sobre uma base relativamente estável de devedores, o valor médio da dívida por contrato de empréstimo

cresceu 54,1% no período de 2017 a 2024. A pesquisa identifica um perfil claro de vulnerabilidade, demonstrando que os TAEs apresentam as maiores taxas de endividamento e o mais severo comprometimento de renda. Esses achados, quando justapostos à perda do poder de compra, reforçam a tese central de que o recurso ao crédito se consolidou como um mecanismo estrutural de compensação de renda frente à estagnação salarial.

1.1 OBJETIVOS

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar a evolução e os efeitos do endividamento dos servidores da UnB, com base em dados financeiros institucionais, considerando a renda comprometida com consignações, perfil funcional, variações econômicas e políticas de pessoal ao longo do tempo.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I Identificar o comprometimento da renda dos servidores com empréstimos consignados, segmentando por faixas percentuais de comprometimento;
- II Caracterizar o perfil dos servidores com maior nível de endividamento, com base em variáveis como escolaridade exigida para o cargo, categoria funcional (docente/técnico), situação funcional (ativo/aposentado) e faixa etária;
- III Analisar a evolução histórica das consignações entre os anos anteriores e posteriores à pandemia da COVID-19, identificando tendências e variações;
- IV Avaliar a estagnação salarial e a perda real do poder de compra sobre o aumento do endividamento ao longo do período analisado;
- V Examinar a influência da contratação de planos de saúde por meio de consignações sobre a renda disponível dos servidores.

1.4 JUSTIFICATIVA

A motivação para o presente estudo origina-se da observação diária, no âmbito da gestão financeira da UnB, de volume expressivo e recorrente de operações de crédito consignado. A identificação de casos de severo comprometimento de renda, em especial entre

servidores aposentados, despertou o interesse em investigar as causas e a dinâmica desse fenômeno para além da sua manifestação operacional.

A temática do endividamento na UnB já foi objeto de pesquisas anteriores, como os trabalhos de Souza (2015), Viana (2020) e Nunis (2023), que mapearam o montante de empréstimos entre docentes, a distribuição por gênero entre os técnicos e realizaram comparações com o cenário nacional. Contudo, esta pesquisa busca avançar em relação a essas análises ao realizar análise temporal de longo prazo (2017-2024) e ao conectar a intensificação da dívida com a perda real do poder de compra decorrente da estagnação salarial, oferecendo diagnóstico mais profundo e dinâmico do fenômeno.

Este estudo está estruturado em seis capítulos, incluindo esta introdução e as considerações finais. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico, abordando conceitos fundamentais sobre endividamento, as especificidades do crédito consignado no Brasil e os determinantes do superendividamento no setor público. O terceiro capítulo contextualiza o campo de estudo, descrevendo a Universidade de Brasília (UnB), as suas características institucionais e o cenário de estagnação salarial enfrentado pelos servidores. No quarto capítulo é detalhada a metodologia utilizada, incluindo a abordagem mista adotada, os procedimentos de coleta e análise dos dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE). O quinto capítulo constitui o núcleo empírico da pesquisa, apresentando a evolução temporal do endividamento na UnB, o perfil funcional dos servidores mais afetados, a relação entre perda de poder aquisitivo e aumento do comprometimento da renda e as implicações socioeconômicas decorrentes; discute as possíveis consequências do fenômeno para os indivíduos, para a instituição e para o sistema público de trabalho, enquanto sintetiza os principais achados e sugere diretrizes para políticas institucionais de apoio ao servidor.

2 ENDIVIDAMENTO

2.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

O endividamento é um fenômeno intrínseco à atual dinâmica financeira, podendo ser caracterizado como a situação em que uma pessoa física ou jurídica contrai dívidas que precisam ser pagas no futuro. No âmbito familiar, e particularmente entre os servidores públicos federais, o endividamento pode ser um instrumento de organização financeira, contanto que exista capacidade de pagamento e planejamento consciente. Segundo Marques e Frade (2003), o endividamento refere-se ao montante de obrigações assumidas por indivíduos ou grupos que utilizaram capital de terceiros (instituições financeiras) para fins de consumo, com o compromisso de devolver os valores acrescidos de juros e correção monetária.

De modo semelhante, Greenberg (1980) define o endividamento como um compromisso assumido no presente com a obrigação de ser quitado em momento futuro. Ferreira (2006) também o caracteriza como o ato de contrair obrigações financeiras, ou seja, assumir dívidas. Complementando essas definições, o Serviço de Proteção ao Crédito Brasil (SPC) (SPC Brasil, 2025) destaca que o endividamento ocorre sempre que há compromissos financeiros em aberto, como compras parceladas no cartão de crédito, financiamentos ou boletos a vencer; mesmo quando os pagamentos estão em dia, esses compromissos ainda são considerados dívidas.

Dentro desse contexto, é possível distinguir diferentes formas de endividamento. O chamado endividamento saudável ocorre quando as dívidas são assumidas com planejamento, para finalidades produtivas como educação, saúde ou aquisição de bens duráveis. Nesse caso, os compromissos financeiros não comprometem as despesas correntes nem colocam em risco o equilíbrio do orçamento familiar. Por outro lado, o endividamento patológico caracteriza-se pelo uso recorrente do crédito para cobrir despesas básicas, sem perspectiva realista de quitação, o que compromete a renda disponível e leva à instabilidade financeira.

Em sua forma mais grave, o endividamento pode evoluir para o superendividamento, que se refere à condição em que o devedor, ainda que de boa-fé, se torna permanentemente incapaz de arcar com as suas dívidas sem comprometer a sua subsistência e a da sua família. Trata-se de um estágio crítico e sensível do consumo desorganizado, que pode excluir o consumidor do mercado formal, levando a um tipo de "falência civil" com graves repercussões sociais e econômicas.

Segundo Pereira e Zaganelli (2019), o superendividamento pode ser classificado em duas categorias: passivo e ativo. O superendividamento passivo ocorre quando o consumidor

é levado à inadimplência por eventos externos e imprevistos, como desemprego, doenças, separações ou perdas familiares. Nesses casos, o indivíduo não tem responsabilidade direta sobre o agravamento da sua situação financeira. Já o superendividamento ativo resulta de condutas individuais que levam à contratação de dívidas em excesso, com ou sem consciência dos riscos, caracterizando o abuso do crédito acima da capacidade orçamentária.

A gravidade desse fenômeno levou à promulgação da Lei n. 14.181 (Brasil, 2021), que alterou o Código de Defesa do Consumidor e instituiu mecanismos legais de proteção ao superendividado. A legislação prevê a possibilidade de repactuação judicial das dívidas, proteção ao mínimo existencial e combate à publicidade enganosa e ao assédio comercial. Trata-se de marco importante na garantia de direitos financeiros, especialmente para aposentados, servidores públicos federais e pessoas em situação de vulnerabilidade.

Contudo, a eficácia da lei depende da sua plena implementação e da criação de redes de apoio e orientação financeira. Programas de educação financeira e serviços de renegociação assistida são importantes para que a legislação se traduza em melhorias reais na vida dos consumidores em situação de risco de insolvência.

Em termos de panorama nacional, o endividamento das famílias brasileiras alcançou níveis recordes no ano de 2023. Segundo a CNC, mais de 78% das famílias possuíam algum tipo de dívida, sendo o cartão de crédito a modalidade mais recorrente. A combinação de inflação elevada, juros altos e lenta recuperação econômica pode ter contribuído para o aumento da inadimplência, especialmente entre as classes média e baixa.

Além dos fatores econômicos, é necessário considerar os aspectos comportamentais envolvidos no processo de endividamento. A ausência de cultura financeira, o imediatismo nas decisões de consumo e a pressão por manter padrões sociais impulsionam escolhas desequilibradas. Dessa forma, o crédito pode ser utilizado como extensão da renda e não como um recurso de planejamento, o que prejudica o acúmulo de patrimônio e a resiliência frente a imprevistos.

Portanto, compreender o endividamento nas suas múltiplas dimensões – conceitual, legal, social e comportamental – contribui sobremaneira para a formulação de políticas públicas eficazes. No contexto dos servidores públicos federais, particularmente da UnB, esse entendimento deve orientar estratégias institucionais voltadas para a educação financeira, prevenção do superendividamento e promoção do bem-estar econômico dos seus servidores.

2.2 ECONOMIA DO ENDIVIDAMENTO

A teoria do consumo intertemporal, proposta por autores como Modigliani (1986) e Friedman (1957), sugere que os indivíduos procuram suavizar o seu consumo ao longo da vida, contraindo dívidas em períodos de menor renda e poupando quando a renda é maior. No entanto, entre os servidores públicos federais brasileiros, esse comportamento nem sempre se verifica de forma racional, devido a fatores como pressão social, ausência de educação financeira e facilidades na concessão de crédito.

Os servidores públicos federais, tradicionalmente vistos como detentores de estabilidade funcional e renda constante e previsível, tornaram-se clientes preferenciais das instituições financeiras. A garantia de recebimento do salário torna esses servidores clientes ideais para empréstimos consignados. Conforme mostra Nunis (2023), essa facilidade levou muitos servidores a comprometerem grande parte de sua renda líquida com dívidas de longo prazo.

Essa lógica de crédito com garantia de pagamento impulsionou uma indústria financeira orientada à oferta contínua de novos produtos de crédito direcionados a esse público. O crédito consignado, por exemplo, por ser descontado diretamente da folha de pagamento, apresentando baixíssimo risco de inadimplência para os credores, o que estimula as instituições financeiras a praticarem estratégias agressivas de *marketing*, atingindo principalmente os servidores mais vulneráveis.

No caso específico da UnB, estudos indicam que, embora o número de servidores com contratos ativos de consignação tenha diminuído em alguns períodos, o valor médio dos empréstimos aumentou significativamente, sugerindo intensificação do comprometimento da renda (Viana, 2020). Esse comportamento reflete necessidades financeiras e padrões de consumo e gestão orçamentária pouco sustentáveis.

É importante considerar o contexto das políticas salariais no setor público. A ausência de reajustes salariais compatíveis com a inflação, somada ao aumento do custo de vida, reduz o poder de compra dos servidores, incentivando o uso do crédito como compensação de renda. Assim, o endividamento deixa de ser uma estratégia pontual de financiamento e passa a ser um mecanismo estrutural de manutenção do padrão de consumo.

A compreensão do comportamento de consumo e endividamento entre servidores públicos federais pode ser enriquecida à luz das teorias de James Duesenberry e Hyman Minsky, que oferecem perspectivas críticas e complementares às abordagens tradicionais. Duesenberry (1949) propôs a hipótese da renda relativa como alternativa à ênfase na renda corrente, destacando que o consumo dos indivíduos é influenciado pela comparação com padrões de consumo de seus grupos de referência. Esse “efeito demonstração” estimula o consumo acima das possibilidades orçamentárias como forma de manter *status* social, o que é

particularmente relevante no contexto dos servidores públicos federais – cuja posição funcional, frequentemente, é associada a expectativas de padrão de vida mais elevado.

Esse comportamento de emulação, segundo Duesenberry (1949), pode levar à compressão da poupança e ao aumento da dependência do crédito, já que as famílias tendem a manter hábitos de consumo mesmo diante de queda ou estagnação da renda. No caso brasileiro, especialmente entre servidores de renda intermediária e estável, como os do setor público, essa pressão social pode contribuir para o endividamento recorrente, muitas vezes alimentado por ofertas acessíveis de crédito consignado. Assim, a teoria da renda relativa ajuda a entender por que mesmo indivíduos com rendas estáveis acabam se expondo ao superendividamento, não se tratando apenas de necessidade, mas de uma tentativa de manter o consumo em patamares compatíveis com seu entorno social.

Por sua vez, Minsky (2010) amplia esse debate ao incorporar o papel do crédito e da instabilidade financeira no comportamento de consumo. Embora a sua teoria tenha sido originalmente concebida para analisar a fragilidade financeira das empresas, as suas ideias são aplicáveis ao setor das famílias. Minsky argumenta que, em uma economia monetária e financeiramente desenvolvida, o consumo das famílias deixa de ser passivo e passa a depender cada vez mais do financiamento por crédito. A ampliação do acesso ao crédito – como no caso do consignado para servidores públicos federais – transforma o consumo em fator pró-cíclico, que pode amplificar as vulnerabilidades financeiras e criar ciclos de endividamento e refinanciamento contínuos.

Ainda segundo Minsky, o endividamento das famílias não deve ser analisado somente como um desequilíbrio financeiro temporário, mas também como reflexo da dinâmica estrutural do sistema financeiro moderno, em que o acesso ampliado ao crédito leva as famílias a ajustarem os seus padrões de consumo com base em fluxos esperados futuros, e não restrito à renda corrente. Esse comportamento, se não for regulado por políticas públicas e acompanhado de educação financeira, pode resultar em situações de fragilidade grave, como se observa em parte dos servidores públicos federais brasileiros, aposentados e pensionistas. Nesse contexto, tanto Duesenberry quanto Minsky contribuem para uma leitura mais abrangente da economia do endividamento no setor público, ao considerarem aspectos sociais, culturais e financeiros que ultrapassam a racionalidade estrita da renda disponível.

2.3 O CRÉDITO CONSIGNADO NO BRASIL

Os bancos desempenham papel fundamental no funcionamento das economias nacionais ao conectar poupadores a tomadores de recursos, promovendo a circulação de

capital e o financiamento da atividade produtiva e do consumo. Entre os diversos instrumentos financeiros disponíveis, os empréstimos pessoais destacam-se por permitir a suavização do consumo ao longo do tempo, mesmo em contextos de instabilidade da renda, oferecendo alternativa viável diante da ausência de seguros convencionais. Nesse cenário, o crédito consignado consolidou-se como uma das principais modalidades de financiamento voltadas para aposentados, pensionistas e servidores públicos federais no Brasil.

A atratividade do crédito consignado decorre das suas condições diferenciadas – acesso facilitado, prazos longos e taxas de juros reduzidas, possibilitados pela retenção automática das parcelas na folha de pagamento. Essa característica proporciona maior segurança para os credores e conveniência para os tomadores, especialmente em momentos de emergência financeira. A sua origem remonta à década de 1960, quando foi instituído, de forma restrita, para servidores públicos federais. No entanto, o marco regulatório moderno surgiu com a Medida Provisória n. 130/2003, convertida na Lei n. 10.820 (Brasil, 2003), que regulamentou a concessão para beneficiários do INSS e expandiu o seu alcance para trabalhadores do setor público e privado.

Porto (2015) caracteriza o crédito consignado como uma modalidade de empréstimo com pagamento indireto, em que as parcelas são deduzidas diretamente do contracheque ou benefício previdenciário até a quitação total da dívida. Moura (2016) acrescenta que essa estrutura reduz drasticamente os riscos de inadimplência, visto que os recursos são transferidos ao credor antes de chegar ao tomador, garantindo a execução do contrato. Tal configuração explica o crescente interesse de instituições financeiras, públicas e privadas, por esse nicho de crédito.

O crédito consignado é considerado de baixo risco pelas instituições financeiras, pois os tomadores não têm a opção de interromper o pagamento das parcelas – são descontadas diretamente da fonte pagadora (Moura, 2016). No início, concentrado nos bancos públicos, o mercado passou a atrair bancos privados, gerando competição. No caso dos beneficiários do INSS, a operação exige credenciamento prévio junto à Previdência Social, que atua como intermediária entre o banco e o aposentado ou pensionista e, no caso de servidores públicos federais, credenciamento junto ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A expansão do crédito consignado também foi estimulada por fatores macroeconômicos, como a redução da taxa Selic, que atingiu o menor patamar histórico em janeiro de 2021 (1,90% ao ano). Nesse ambiente, os bancos puderam oferecer empréstimos com juros inferiores a 1% ao mês, ampliando a base de tomadores. A Lei n. 14.509 (Brasil,

2022) aumentou o limite de comprometimento da renda com consignações para 45%; o que inclui também gastos com cartão de crédito e cartão benefício, ampliando a margem de endividamento dos servidores ativos e aposentados.

Contudo, a facilidade de contratação e a percepção de baixo custo levaram ao uso recorrente do crédito consignado como instrumento de manutenção do padrão de consumo. Souza (2015) observa que muitos servidores entram em ciclos sucessivos de refinanciamento, comprometendo margens crescentes da sua renda líquida. O crédito, inicialmente planejado ou como alternativa financeira emergencial, passou a ocupar papel central na estrutura orçamentária das famílias de servidores.

Nesse sentido, no que diz respeito à facilidade de contratação, as instituições digitais têm desempenhado papel importante no aumento da concorrência no Sistema Financeiro Nacional (SFN). Apesar de adotarem diferentes modelos de negócios, compartilham características como o atendimento majoritariamente remoto e o uso intensivo de plataformas digitais e tecnologias. Nos últimos anos, essas instituições registraram crescimento significativo na sua base de clientes, embora, na maioria dos casos, não se trate de relacionamentos exclusivos, sendo comum que os clientes ainda recorram a instituições financeiras tradicionais para obter crédito. Mesmo assim, o avanço do crédito concedido por essas entidades digitais tem sido expressivo, com foco maior em pessoas físicas e uma carteira concentrada principalmente em cartão de crédito e empréstimo consignado.

Segundo o Relatório de Economia Bancária (BCB, 2022, p. 59-60), “[...] as taxas médias de juros das operações de crédito pessoal são cinco vezes mais altas do que as de crédito consignado. A variabilidade das taxas de juros, medida pelo desvio padrão, é 17 vezes maior no crédito pessoal do que no crédito consignado [...]”; e mais, apresenta maior uniformidade nas taxas, com aposentados e servidores públicos federais como principais beneficiários. O relatório revela desigualdades – indivíduos com menor renda continuam pagando juros mais altos, mesmo quando controlado o risco. Por exemplo, quem recebe até um salário mínimo paga, em média, 28,49% ao ano, enquanto aqueles com renda superior a 20 salários mínimos pagam cerca de 23,21%.

Conforme o citado relatório, essas disparidades evidenciam a existência de uma "cunha de juros" que penaliza os mais pobres, mesmo em uma modalidade considerada de baixo risco; ressaltando, assim, a necessidade de políticas que ampliem a concorrência bancária, aumentem a transparência nas operações de crédito e garantam condições equitativas de acesso ao financiamento. Tais medidas podem mitigar as desigualdades estruturais no sistema de crédito, tornando o crédito consignado uma ferramenta mais justa.

No ano de 2023, conforme dados do Banco Central, observou-se desaceleração no crédito às pessoas físicas, atribuída ao aumento das taxas de juros e à elevação das operações classificadas como prejuízo. Ainda assim, o crédito consignado manteve protagonismo, especialmente por meio da portabilidade. De acordo com o Relatório de Economia Bancária (BCB, 2023), essa modalidade cresceu 80,1% nas operações de portabilidade em relação a 2022, representando 14,2% do total de concessões. Das transferências realizadas entre instituições, 96,3% foram operações consignadas.

Ainda segundo o relatório, a retomada da trajetória de queda da taxa Selic em agosto de 2023, associada à redução do teto dos juros do consignado do INSS (de 2,14% para 1,80% ao mês), aumentou ainda mais a sua atratividade; o que resultou em mais de 3,1 milhões de pedidos de portabilidade apenas no ano, crescimento de 94% em relação a 2022. Esses dados demonstram a centralidade do crédito consignado na reorganização das finanças das famílias brasileiras.

No contexto da UnB, os levantamentos realizados por Viana (2020) e Nunis (2023) apontam para uso predominante do crédito consignado entre servidores técnico-administrativos, particularmente das classes NI e NA¹. A renda comprometida com essas dívidas afeta negativamente a capacidade de consumo e de poupança, refletindo diretamente no bem-estar dos servidores. Tais constatações indicam a urgência de ações institucionais voltadas à educação financeira, à prevenção do superendividamento e ao acompanhamento do perfil de endividamento do corpo funcional da Universidade.

2.4 DETERMINANTES DO ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

O empréstimo consignado, embora apresentado sob a perspectiva do direito e da facilidade de acesso ao crédito, também representa desafio para servidores ativos, aposentados e pensionistas, ao contribuir para o aumento do endividamento e a deterioração financeira das suas condições de vida.

O endividamento dos servidores públicos federais é um fenômeno multifacetado, determinado por fatores econômicos, institucionais, profissionais e comportamentais. No Brasil,

¹ NI – Nível de Ingresso: é o nível em que o servidor ingressa na carreira do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) da UnB.
NA - Nível de Ascensão: é o nível que o servidor alcança após a progressão na carreira, podendo ser por desenvolvimento na mesma classe ou mudança de classe.

especialmente na Organização Institucional deste trabalho – a Universidade de Brasília –, os dados indicam que grande parte dos servidores possui algum grau de comprometimento da renda com dívidas, sobretudo com crédito consignado. Segundo dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), em dezembro de 2024, cerca de 40% dos servidores – Técnico-administrativo (TAE) e Professor do Magistério Superior (PMS) –, ativos e aposentados tinham crédito consignado no seu contracheque. Dessa forma, compreender os determinantes desse fenômeno é fundamental para a formulação de políticas institucionais voltadas à saúde financeira e à qualidade de vida no trabalho.

Um dos principais fatores está relacionado ao perfil sociodemográfico dos servidores. Estudos, como os de Viana (2020) e Nunis (2023), indicam que servidores com menor nível de escolaridade e inseridos nas faixas salariais mais baixas – geralmente das categorias NI e NA – estão mais expostos ao endividamento, devido à combinação entre menor poder aquisitivo e acesso limitado a informações sobre planejamento financeiro. Além disso, servidores em início de carreira ou com maiores responsabilidades familiares tendem a recorrer com maior frequência ao crédito para manter o consumo básico.

Outro fator relevante é a estabilidade no vínculo empregatício e a previsibilidade da renda, características inerentes ao serviço público. Essa segurança faz com que os servidores sejam clientes preferenciais das instituições financeiras, que oferecem crédito em condições facilitadas, como o consignado. Conforme destaca Nunis (2023), essa estabilidade, embora garanta segurança de renda, também expõe os servidores à contratação frequente de empréstimos, inclusive como forma de compensar a ausência de reajustes salariais reais.

A falta de reajustes compatíveis com a inflação tem corroído o poder de compra da remuneração dos servidores públicos federais. Essa defasagem salarial pode levar parte dos servidores a recorrer ao crédito como instrumento para manter o seu padrão de vida, transformando o uso do crédito de solução emergencial em ferramenta contínua de sustentação do consumo. A literatura evidencia que essa prática pode resultar em superendividamento quando não acompanhada por educação financeira e estratégias institucionais de prevenção (Viana, 2020).

A categoria funcional exerce influência significativa no padrão de endividamento. Docentes, em geral, possuem maior capital educacional e acesso a informações, o que pode atenuar práticas de endividamento problemáticas. Por outro lado, os servidores TAE, especialmente aqueles em cargos de nível médio ou básico, mostram-se mais vulneráveis às armadilhas do crédito fácil. A ausência de cultura orçamentária, aliada ao *marketing* agressivo das instituições financeiras, contribui para decisões financeiras insustentáveis.

A idade e o estágio da vida profissional também são determinantes importantes. Servidores mais jovens tendem a apresentar maior propensão ao consumo financiado, muitas vezes por possuírem menores responsabilidades patrimoniais e maior otimismo quanto ao futuro da carreira. Já os servidores próximos da aposentadoria podem recorrer ao crédito consignado para consolidar dívidas, ajudar familiares ou manter o seu padrão de consumo diante da expectativa de redução da renda futura.

O comportamento financeiro, influenciado por fatores culturais, sociais e emocionais, completa o conjunto de determinantes. A pressão social para manter determinado padrão de vida, associada ao desconhecimento dos riscos do crédito prolongado, gera situações de endividamento que extrapolam a racionalidade econômica. Como apontam Souza (2015) e Nunis (2023), a ausência de políticas institucionais de educação financeira na UnB tem contribuído para a perpetuação de práticas orçamentárias inadequadas, exigindo atenção das instâncias gestoras.

2.5 CONSEQUÊNCIAS DO SUPERENDIVIDAMENTO

Segundo dados da EBC (2023), abrangendo diversos compromissos financeiros, o endividamento das famílias brasileiras atinge aproximadamente 76,6%. Na UnB, cerca de 40% do seu quadro funcional, ativo e aposentado, apresenta algum percentual de consignação na sua folha de pagamento. Embora o contrair empréstimos em si não seja um problema em potencial, quando essa situação se transforma em superendividamento, os impactos financeiros e psicológicos se tornam mais acentuados.

O superendividamento, caracterizado pela impossibilidade manifesta de honrar todas as dívidas, pode desencadear impactos emocionais e psicológicos, conforme descrito por Schmidit Neto (2009). A origem dessas situações pode ser variada, incluindo fatores externos e imprevistos, bem como a má gestão financeira e falta de educação financeira. Artifon e Piva (2013) destacam os efeitos sobre o equilíbrio mental das pessoas endividadas, ressaltando que a condição pode ser interpretada como uma falta de sucesso na gestão das finanças, da vida e na realização dos desejos de consumo.

Considerando os impactos objetivos (financeiros) e psicológicos, é relevante considerar a implementação de programas institucionais de prevenção e acompanhamento para servidores que possam encontrar-se nessas situações. O bem-estar, a produtividade e o desempenho no trabalho podem ser comprometidos, sendo fundamental atentar para as causas subjacentes e não apenas para as consequências.

As consequências do superendividamento ultrapassam o campo financeiro e atingem diretamente o bem-estar físico, emocional e social do servidor público. A literatura aponta que a incapacidade de honrar compromissos financeiros gera estresse, ansiedade, depressão e pode resultar em queda da produtividade e absenteísmo (Schmidt Neto, 2009).

No ambiente organizacional, o endividamento excessivo compromete a eficiência do trabalho, a motivação e as relações interpessoais. Servidores preocupados com as suas finanças apresentam menor desempenho e maior rotatividade, além de demandarem mais serviços de apoio psicossocial (Artifon; Piva, 2013).

Em termos institucionais, o superendividamento pode pressionar a Universidade a desenvolver políticas de apoio financeiro e programas de educação orçamentária. Como indica Viana (2020), há evidências de que a gestão de pessoas da UnB deve considerar o endividamento como uma variável crítica na formulação de ações voltadas à saúde ocupacional e à qualidade de vida no trabalho.

3 CONTEXTO INSTITUCIONAL E ECONÔMICO

3.1 A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

Trata-se de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) considerada uma das mais importantes do País; com ampla inserção acadêmica, política e econômica no contexto regional e nacional.

Criada por meio da Lei n. 3.998 (Brasil, 1961), e oficialmente inaugurada em 21 de abril de 1962, a UnB foi concebida como símbolo da modernização educacional do Brasil. Idealizada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, com projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer, a instituição foi pensada para romper com os modelos tradicionais de ensino e promover formação interdisciplinar voltada para a transformação social. A visão do seu principal idealizador, Darcy Ribeiro, era a de uma instituição com autonomia administrativa e pedagógica, um conceito que ele próprio detalhou na sua obra *UnB: Invenção e Descaminho* (1978):

[...] A UnB foi organizada como uma Fundação, a fim de libertá-la da opressão que o burocratismo ministerial exerce sobre as universidades federais. Ela deveria reger a si própria, livre e responsavelmente, não como uma empresa, mas como um serviço público e autônomo.

Desde a sua fundação, a UnB tem desempenhado papel central na formação de capital humano, na produção de conhecimento científico e no desenvolvimento socioeconômico do DF. A sua história, contudo, passou por adversidades. Durante o regime militar, a Universidade foi palco de repressões, invasões policiais e demissões em massa, consolidando-se como espaço de resistência e liberdade acadêmica.

Nos dias atuais, a UnB conta com uma comunidade universitária composta por aproximadamente 56.761 pessoas, entre docentes, discentes e técnicos administrativos, conforme dados do Anuário Estatístico de 2024 (UnB, 2024), elaborado pelo Decanato de Planejamento, Orçamento e Gestão (DPO). A sua influência extrapola os limites do campus, refletindo-se na economia regional e na formulação de políticas públicas. Nesse cenário, o corpo funcional da Universidade – formado por servidores técnico-administrativos e docentes, ativos, aposentados e pensionistas – constitui o principal grupo de interesse deste estudo.

Segundo dados do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP), cerca de nove mil pessoas estão incluídas na folha de pagamento da UnB. Esses servidores, ao receberem os salários e

benefícios, movimentam cadeias econômicas nos setores de habitação, comércio, alimentação, transporte e serviços. Tal dinâmica é reforçada por estudos como o de Vassallo, Takasago e Marques (2020), que demonstram que, somente no ano de 2018, as despesas com custeio e investimento da UnB somaram R\$ 232 milhões. Estima-se que a Universidade contribuiu para a manutenção de 52.260 postos de trabalho diretos e indiretos, representando 3,7% da população ocupada no DF.

De acordo com Vassallo, Takasago e Marques (2020), do ponto de vista econômico, a UnB participa com aproximadamente R\$ 2,4 bilhões da renda gerada anualmente no DF, o que corresponde a cerca de 1% do PIB distrital. Essa participação expressiva reforça o conceito de “efeito substituição de importações” (Blackwell; Cobb; Weinberg, 2002), ao reduzir a necessidade de deslocamentos para outras regiões em busca de serviços educacionais, científicos e tecnológicos.

A análise da evolução do quadro de servidores da UnB entre 2015 e 2024, conforme demonstra a Tabela 1, revela mudanças significativas na composição funcional da Instituição. Os dados constantes da citada tabela, extraídos dos registros oficiais do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP), permitem observar tendências distintas entre os cargos de Professores do Magistério Superior (PMS) e Técnico-Administrativos em Educação (TAE), tanto no grupo de servidores ativos quanto no de aposentados. Essa evolução reflete, em parte, os efeitos de políticas públicas, restrições orçamentárias e alterações no perfil etário e funcional da força de trabalho da Universidade.

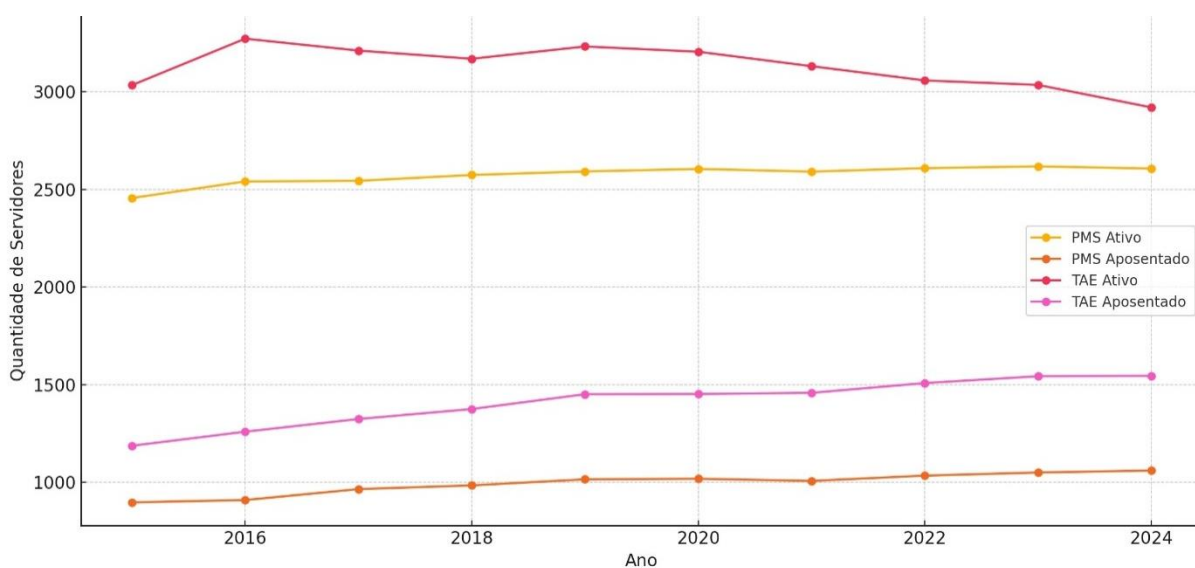
Tabela 1 – Evolução do quadro de servidores da UnB (2015-2024)

Cargo	Situação Funcional	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
PMS	Ativo Total	2456	2541	2544	2574	2592	2605	2591	2609	2618	2607
PMS	Aposentado	897	909	965	984	1015	1018	1007	1034	1050	1060
TAE	Ativo total	3034	3272	3211	3169	3232	3205	3131	3058	3035	2920
TAE	Aposentado	1187	1259	1324	1375	1451	1452	1458	1508	1543	1545

Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

A análise dos dados contidos no Gráfico 1 demonstra que, apesar de relativa estabilidade no número de docentes ativos, houve queda no número de técnicos ativos ao longo do período, ao passo que o contingente de aposentados de ambas as categorias apresentou crescimento constante.

Gráfico 1 – Evolução do Número de servidores por cargo e situação funcional (2015-2024)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

Nesse contexto, este estudo se concentra na análise do endividamento dos servidores da UnB, com foco nos efeitos sobre a renda. A caracterização do corpo funcional da Instituição, incluindo as suas faixas remuneratórias, categorias funcionais e níveis de escolaridade, foi fundamental para compreender os padrões de comprometimento com crédito consignado e outras obrigações financeiras que afetam a sua qualidade de vida e a sua estabilidade econômica.

3.2 CARACTERÍSTICAS DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E DOCENTES

A UnB, enquanto IFES, conta com um quadro funcional diversificado e essencial para o cumprimento da sua missão institucional. Entre os seus principais pilares estão os servidores técnico-administrativos em educação (TAEs) e os docentes, cujas atuações são fundamentais para o desenvolvimento das atividades administrativas, ensino, pesquisa e extensão. Compreender as características desse corpo funcional – sexo, faixa etária, titulação, regime de trabalho e tempo de serviço – permite traçar um perfil mais preciso da força de trabalho da universidade e subsidiar a formulação de políticas de gestão de pessoas que estejam alinhadas com os desafios e as perspectivas futuras da Instituição. A seguir, são apresentados dados estatísticos que caracterizam esses dois segmentos da comunidade universitária, os quais estão disponíveis no site institucional do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP), tendo o mês de dezembro de 2024 como mês e ano base.

A análise da situação funcional e do vínculo dos servidores da UnB, conforme Tabela 2, evidencia a diversidade de vínculos e etapas da trajetória profissional no serviço público. No grupo do Magistério Superior (PMS), observa-se predominância de vínculos ativos permanentes (2.565 servidores), seguidos por aposentados (com diferentes registros sob o código EST-02, totalizando 1.071). Destaca-se ainda a existência de 39 docentes ativos em exercício em outros órgãos e 3 classificados como excedentes à lotação. Já entre os Técnico-Administrativos em Educação, há 2.794 ativos permanentes e 1.545 aposentados, além de 128 servidores cedidos para outros órgãos.

Tabela 2 – Situação funcional dos servidores (dez./2024)

Grupo	Situação Vínculo	Situação Funcional	Qtde Vínc. Serv.
PMS	EST-02	Aposentado	1.071
PMS	EST-01	Ativo Permanente	2.565
PMS	EST-08	Ativo em Outro Órgão	39
PMS	EST-11	Excedente à Lotação	3
TAE	EST-01	Ativo Permanente	2.794
TAE	EST-02	Aposentado	1.545
TAE	EST-08	Ativo em Outro Órgão	128
TAE	EST-11	Excedente à Lotação	2

Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

A distribuição por sexo dos servidores da UnB (Tabela 3) apresenta equilíbrio geral entre homens e mulheres nas duas principais carreiras da Instituição. No PMS, os homens representam 54,7% do total, enquanto as mulheres correspondem a 45,3%, indicando leve predominância masculina. Já entre os TAEs, essa proporção se inverte, com 52,9% de mulheres e 47,1% de homens. As diferenças percentuais entre os gêneros, embora não sejam expressivas, evidenciam uma composição funcional relativamente equilibrada.

Tabela 3 – Distribuição dos servidores ativos por sexo (dez. 2024)

Cargo	Masculino (MAS)	Feminino (FEM)
PMS	1.429	1.182
TAE	1.378	1.545

Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

Conforme demonstrado na Tabela 4, a análise da distribuição etária, considerando o ano de 2024, dos servidores ativos em exercício na UnB, evidencia um quadro funcional maduro, com predominância de profissionais nas faixas etárias superiores a 40 anos, tanto entre os TAEs quanto entre os PMS. Observa-se que aproximadamente 81% dos PMS e 75% dos TAEs estão acima dessa faixa etária, com significativa concentração entre 51 e 65 anos, o que sinaliza possível onda de aposentadorias nos próximos anos. Esse cenário torna-se ainda mais relevante ao se considerar que, segundo dados do DGP, 468 servidores, entre TAEs e PMS, já preenchem os requisitos para aposentadoria e permanecem em atividade por meio do instituto do Abono de Permanência².

Tabela 4 – Distribuição por faixa etária (dez./2024)

Cargo	Até 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	36 a 40	41 a 45	46 a 50	51 a 55	56 a 60	61 a 65	66 a 70	Acima de 70	Total
TAE	1	18	130	394	574	520	340	276	253	165	88	31	2790
PMS	0	0	5	93	259	466	494	367	393	300	119	81	2577

Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

No que tange aos dados contidos na Tabela 5, Servidores Efetivos da UnB, Servidor Técnico-Administrativo em Educação por nível, evidencia uma estrutura de pessoal com uma diversidade de qualificações que contrasta fortemente com a exigência homogênea de doutorado para o ingresso na carreira de PMS. Enquanto a docência demanda especialização de alto nível, a carreira TAE abrange um espectro de escolaridade que vai do ensino fundamental ao superior.

Essa heterogeneidade reflete a complexidade e a multiplicidade de funções necessárias para o funcionamento da instituição. É notável que a grande maioria dos servidores, 2.424 de um total de 2.790, concentra-se nos níveis D (ensino médio) e E (nível superior), o que demonstra um corpo técnico predominantemente qualificado. Em particular, o fato de que 1.190 servidores (aproximadamente 43% do total) possuam nível superior revela alto grau de profissionalização e especialização também no setor administrativo, cujas atribuições são essenciais para dar suporte às atividades-fim da Universidade – ensino, pesquisa e extensão.

² O abono de permanência é um benefício pecuniário concedido ao servidor ativo, no valor equivalente à sua contribuição previdenciária, que opte por permanecer em atividade após ter cumprido todos os requisitos para aposentadoria voluntária, até completar os requisitos para a aposentadoria compulsória. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/para-o-servidor/paginas/abono-de-permanencia-1>. Acesso em: 13 jun.2025.

Portanto, a diversidade de requisitos para os cargos TAE não indica menor importância, mas sim a vasta gama de competências que a Universidade requer para além da sala de aula.

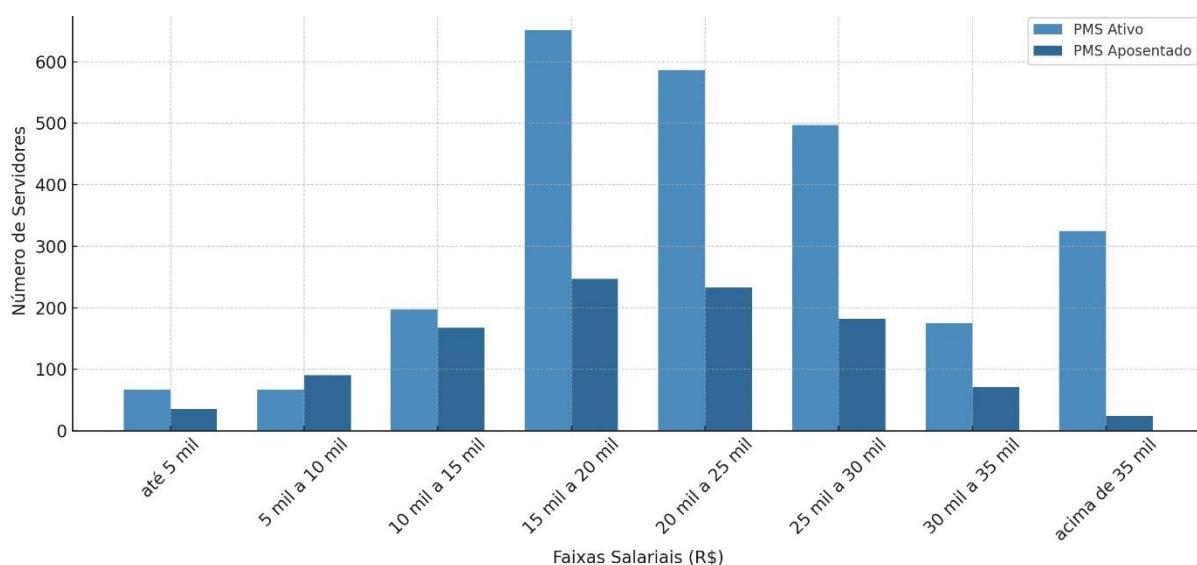
Tabela 5 – Servidores efetivos da UnB, servidor Técnico-Administrativo em Educação por nível

Requisito de exigência para o cargo	Nível	Quantidade
Ensino Fundamental Completo	A	22
	B	56
Ensino Fundamental Completo quanto aos cargos de Ensino Médio Completo	C	288
Ensino Médio Completo ou Ensino Médio Profissionalizante	D	1.234
Nível Superior	E	1.190
Total		2.790

Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

Já a análise da distribuição salarial dos servidores da UnB evidencia diferenças marcantes entre as carreiras de PMS e TAEs. Entre os docentes, há concentração expressiva de servidores ativos nas faixas entre R\$ 15 mil e R\$ 30 mil, com destaque para a faixa de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil (651 servidores). Essa distribuição pode ser atribuída, em grande parte, às progressões na carreira docente, que resultam em aumentos salariais significativos à medida que o servidor avança nos níveis e classes. Já entre os PMS aposentados, a maioria se concentra nas faixas de R\$ 10 mil a R\$ 25 mil, com redução nas faixas superiores, reflexo da aplicação das regras previdenciárias e da não incorporação de parcelas transitórias como funções gratificadas e retribuições por cargos de direção. Destaca-se ainda que 325 docentes ativos recebem acima de R\$ 35 mil, enquanto apenas 24 aposentados atingem esse patamar (Gráfico 2).

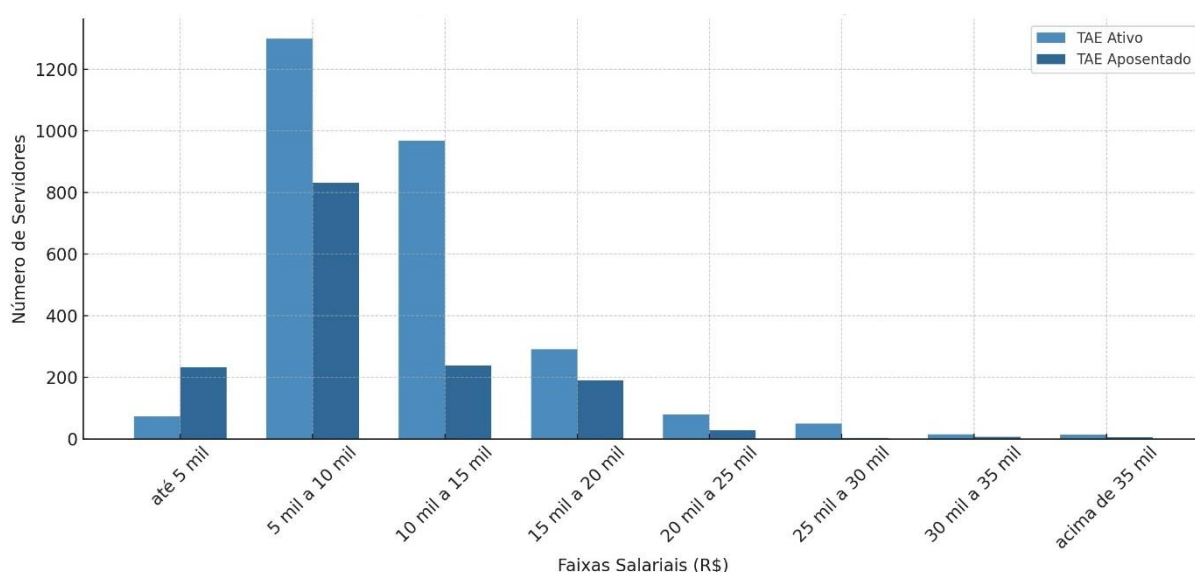
Gráfico 2 – Distribuição salarial dos servidores PMS ativos e aposentados (dez./2024)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

No caso dos TAEs, a distribuição salarial apresenta concentração majoritária nas faixas entre R\$ 5 mil e R\$ 15 mil, sobretudo entre os servidores ativos, com 1.299 na faixa de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil. Entre os aposentados, essa mesma faixa reúne 831 servidores, seguida pela faixa até R\$ 5 mil (234 servidores), o que revela perfil remuneratório mais contido, condicionado pelo modelo de progressão gradual da carreira técnico-administrativa. As faixas superiores, como as acima de R\$ 20 mil, representam minoria entre ativos e aposentados, sendo acessíveis principalmente àqueles que alcançaram os níveis mais altos da carreira e exerceram cargos comissionados ou funções gratificadas por longos períodos. Assim, observa-se que, tanto na carreira de docente quanto na de técnico-administrativa, a situação funcional (ativo ou aposentado) e a estrutura da carreira influenciam diretamente o padrão de remuneração dos servidores (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Distribuição salarial dos servidores TAE ativos e aposentados (dez./2024)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

3.3 ESTRUTURA DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

A estrutura remuneratória dos servidores da UnB, como de outras IFES, segue os padrões estabelecidos pelo Governo Federal, com base na legislação vigente e nas diretrizes da Lei n. 8.112 (Brasil, 1990). Conforme já identificado, os servidores estão organizados em duas categorias funcionais: Técnico-administrativos em Educação (TAEs) e Professores de Magistério Superior (PMS).

Para os TAEs, aplica-se o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) – instituído pela Lei n. 11.091 (Brasil, 2005). Essa carreira, vinculada ao Ministério da Educação, é a maior do serviço público civil federal, com mais de 224 mil servidores em todo o País. O PCCTAE compreende 322 cargos, sendo que parte deles está extinta ou com restrições para novos concursos. Na UnB, os TAEs exercem funções estratégicas no funcionamento institucional, abrangendo atividades técnicas, administrativas e operacionais.

O PCCTAE é estruturado em cinco níveis de classificação – A, B, C, D e E – que variam conforme o grau de escolaridade exigido: do ensino fundamental incompleto (nível A) até o ensino superior completo (nível E). Cada nível contém 19 padrões de vencimento, com progressão horizontal por mérito anual e possibilidade de aceleração por capacitação profissional. A progressão por mérito baseia-se em avaliações periódicas de desempenho realizadas por chefia, equipe e autoavaliação. Já a progressão por capacitação permite o

avanço de um padrão a cada cinco anos, mediante comprovação de cursos com carga horária variável conforme o nível ocupacional.

Adicionalmente, os TAEs podem receber o Incentivo à Qualificação (IQ), que é uma gratificação concedida a servidores que apresentem escolaridade formal superior à exigida para o cargo ocupado. Os percentuais variam de 10% a 75%, dependendo do nível de titulação (ensino médio, técnico, graduação, especialização, mestrado ou doutorado), o que resulta em variações significativas na remuneração final entre servidores de cargos idênticos.

A partir de janeiro de 2025, com a edição da Medida Provisória n. 1.286/2024 – revogada pela Lei n. 15.141 (Brasil, 2025) – o PCCTAE passou por atualizações relevantes, com simplificação da estrutura de progressão, fixação de um “step” único de 4,0% entre padrões. O vencimento básico do nível E, por exemplo, inicia em R\$ 4.967,04 e pode alcançar até R\$ 10.062,31 ao final da carreira.

Os docentes da UnB seguem o Plano de Carreira do Magistério Superior, cuja estrutura está regulamentada pela Lei n. 12.772 (Brasil, 2012). Essa legislação dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, organizando a carreira em classes A, B, C e D, cada uma com os seus respectivos níveis de vencimento, conforme definido no Anexo I da referida norma. A progressão funcional dos docentes ocorre com base em critérios de tempo de serviço, titulação e avaliação de desempenho, permitindo o avanço horizontal e vertical dentro da carreira. Além do vencimento básico, o regime prevê retribuições específicas por titulação (RT) – como especialização, mestrado e doutorado – que impactam diretamente o valor da remuneração final e refletem o nível de formação acadêmica exigido para o exercício da docência no ensino superior.

Ambas as categorias – TAEs e docentes – têm direito a benefícios como auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência pré-escolar e assistência à saúde suplementar. No entanto, a adesão a planos de saúde privados e seguros institucionais frequentemente implica desconto em folha, aumentando o comprometimento da renda líquida dos servidores.

3.4 ESTAGNAÇÃO SALARIAL, RECOMPOSIÇÕES E PERDAS INFLACIONÁRIAS

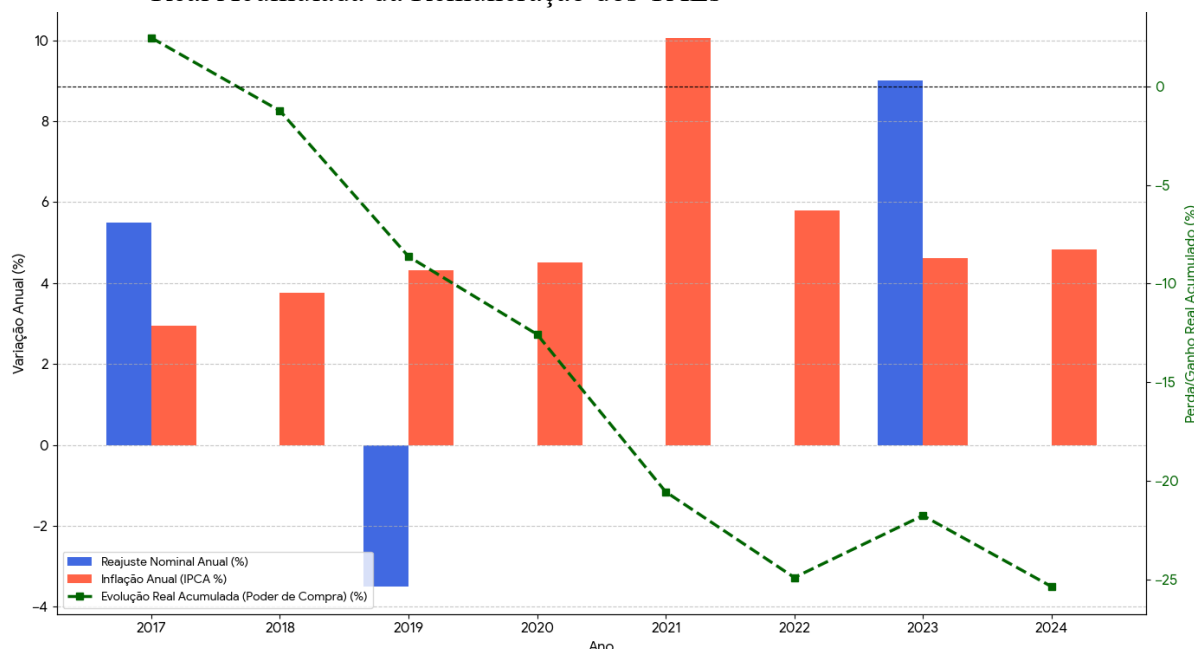
Entre os anos de 2017 e 2024, os servidores TAEs, vinculados ao Plano de Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), vivenciaram um período marcado pela estagnação salarial, recomposições pontuais e um acúmulo progressivo de perdas inflacionárias. Esse cenário afetou diretamente o poder de compra dos servidores, repercutindo também na dinâmica orçamentária das famílias e na gestão institucional da UnB.

Ao considerar a interação entre a Universidade e a economia regional, torna-se fundamental analisar a evolução da remuneração e os reflexos das defasagens salariais no comportamento financeiro dos servidores, especialmente no que se refere ao uso do crédito consignado.

Durante o período analisado, os vencimentos básicos dos TAEs permaneceram inalterados por um intervalo de seis anos, entre 2017 e 2022. Dois reajustes nominais pontuais foram registrados: o primeiro, em janeiro de 2017, com aumento de 5,5%; e o segundo, em maio de 2023, com reajuste linear de 9% para os servidores do Poder Executivo Federal. Agravando este quadro, em dezembro de 2019, uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) resultou na supressão de parcelas remuneratórias, ocasionando uma redução média de 3,5% na remuneração de servidores ativos e inativos.

A justaposição desses reajustes nominais com a inflação oficial do período, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), revelou profunda deterioração do poder aquisitivo. Para visualizar essa defasagem, a análise a seguir (Gráfico 4) decompõe a evolução da remuneração nominal, a inflação anual e a trajetória do poder de compra real acumulado.

Gráfico 4 – Comparativo entre Reajuste Nominal Anual, Inflação Anual (IPCA) e a Evolução Real Acumulada da Remuneração dos TAEs



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

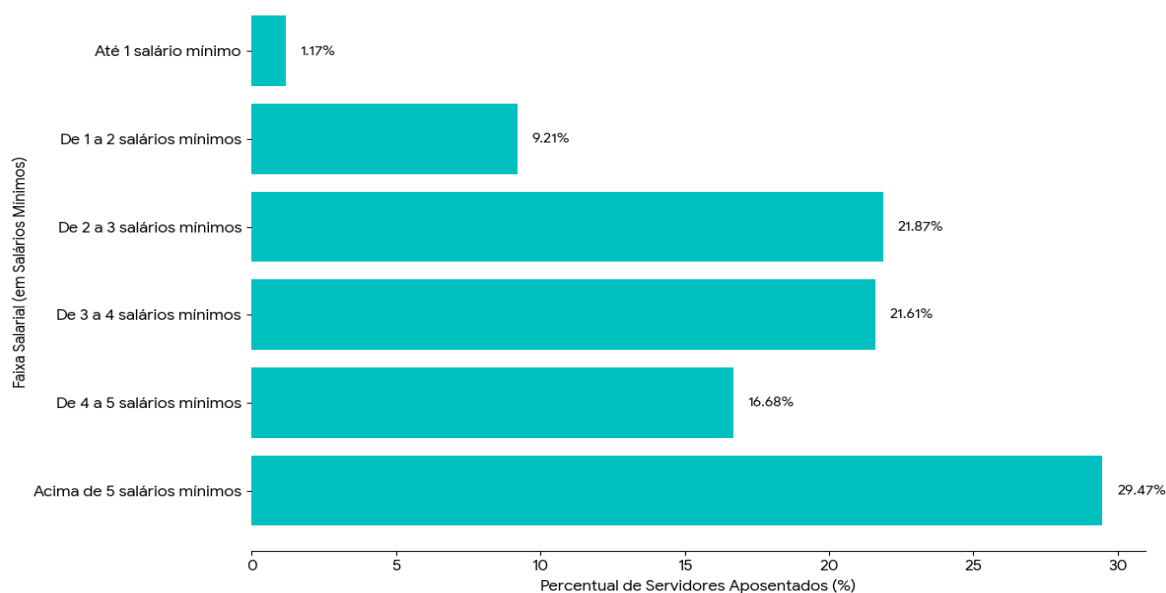
A análise do Gráfico 4 revela a dinâmica da perda de poder de compra em duas etapas. Primeiro, a evolução anual, representada pelas barras, demonstra a comparação entre os reajustes nominais e a inflação. Fica claro que, na maioria dos anos analisados (2018, 2020,

2021, 2022 e 2024), a ausência de reajustes frente a uma inflação positiva resultou em perda real do poder de compra dos servidores. Essa dinâmica revela a ilusão do ganho nominal, pois, embora os reajustes pontuais somados resultem em um aparente acréscimo, a linha da evolução nominal real acumulada apresenta queda ao longo do período, indicando que a capacidade de consumo do servidor tornou-se progressivamente menor.

Ao final do período, o resultado consolidado dessa dinâmica é uma expressiva perda acumulada de poder de compra, que chega a aproximadamente 18%. Esse percentual final demonstra o efeito corrosivo da inflação sobre os salários não reajustados. Na prática, isso significa que a remuneração de um servidor em 2024, mesmo considerando os aumentos nominais concedidos, permitia adquirir consideravelmente menos bens e serviços do que era possível no início de 2017.

A realidade da defasagem salarial torna-se ainda mais tangível ao se analisar a distribuição da renda líquida entre os servidores técnico-administrativos aposentados da UnB. Dados do SIAPE, referentes a março de 2025, revelam concentração significativa de servidores em faixas salariais mais baixas, como detalhado no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Distribuição da Renda Líquida (com exclusão dos descontos compulsórios e facultativos) dos TAEs aposentados da UnB (mar./2025)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

A análise do Gráfico 5 demonstra que parcela expressiva dos aposentados possui renda líquida pequena. Cerca de 31% dos servidores aposentados recebem até 3 salários-mínimos,

um patamar de renda que evidencia a dificuldade em manter o padrão de vida frente ao aumento do custo de vida e a ausência de reajustes condizentes com a inflação.

O gráfico revela também que mais da metade dos aposentados (aproximadamente 55%) se concentra nas faixas entre 2 e 5 salários-mínimos, enquanto apenas 29% se encontram acima desse patamar. Essa distribuição salarial, quando justaposta à perda de poder de compra demonstrada anteriormente (Gráfico 4), reforça a tese de que a estagnação remuneratória tem consequências diretas e mensuráveis, tornando o recurso ao crédito consignado não uma opção, mas uma necessidade para muitos.

Por consequência, a estagnação salarial influenciou o comportamento econômico dos servidores. A crise sanitária decorrente da pandemia de COVID-19, deflagrada em 2020, agravou esse quadro. A necessidade de reorganização orçamentária familiar, associada à perda do poder de compra, impulsionou a busca por soluções financeiras de curto prazo, como o crédito consignado. Paralelamente, a redução da taxa básica de juros (Selic), que atingiu o patamar histórico de 2,00% ao ano em agosto de 2020, criou ambiente favorável à expansão do crédito. Nesse contexto, instituições financeiras passaram a oferecer condições atrativas, como a reduzida taxa de juros, fomentando a intensificação da contratação de empréstimos consignados por parte dos servidores da UnB.

A análise da relação entre estagnação salarial e endividamento aponta para um padrão institucionalmente condicionado. O prolongado intervalo entre os reajustes salariais, somado à ausência de políticas estruturadas de valorização profissional, revela-se como fator determinante na elevação dos níveis de comprometimento de renda. De acordo com a CNC, em 2023, 76,6% das famílias brasileiras estavam endividadas. A realidade observada na UnB não destoa desse panorama nacional, demonstrando a vulnerabilidade financeira de parcela do seu corpo funcional.

Diante desse cenário, a necessidade de revisão das políticas salariais voltadas aos servidores técnico-administrativos torna-se necessária. A recomposição das perdas acumuladas, aliada à criação de mecanismos de proteção financeira, mostra-se importante para a promoção da sustentabilidade econômica e do bem-estar dos servidores. A ausência de reajustes em consonância com a inflação, além de afetar diretamente as condições de vida, compromete a motivação, a produtividade e a continuidade dos serviços públicos oferecidos pela Universidade. Nesse sentido, o debate sobre estagnação salarial ultrapassa os limites da política remuneratória, tornando-se elemento central na compreensão do endividamento e da saúde financeira dos servidores das IFES.

4 METODOS E PROCEDIMENTOS

4.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

Esta pesquisa adota uma abordagem predominantemente quantitativa, complementada por uma dimensão qualitativa. A abordagem quantitativa, conforme define Creswell (2010), fundamenta-se na análise de dados numéricos para identificar tendências e relações em uma amostra específica. Neste estudo, ela se materializa na análise estatística de dados financeiros institucionais para mensurar a evolução e o perfil do endividamento dos servidores.

A dimensão qualitativa, por sua vez, é empregada para contextualizar os achados quantitativos. Para Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa qualitativa permite analisar e interpretar a complexidade de um fenômeno. No contexto deste trabalho, se manifesta na pesquisa documental e na análise interpretativa das políticas de pessoal e do cenário econômico que influenciam o comportamento dos servidores. A combinação dos dois métodos proporciona compreensão mais profunda e detalhada do caso estudado.

4.2 NATUREZA E TIPO DE ESTUDO

Quanto à sua natureza, a pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. É exploratória ao buscar maior compreensão sobre as variáveis que influenciam o endividamento em uma população específica – os servidores da UnB – que, embora faça parte de um grupo mais amplo, possui particularidades institucionais e contextuais. Caracteriza-se também como descritiva, pois, segundo Creswell (2010), o seu objetivo é descrever e registrar o fenômeno do endividamento tal como ocorre, explicando a razão dos fatos observados nos dados.

A estratégia de investigação adotada é o estudo de caso, que permite explorar em profundidade um processo ou uma realidade em seu contexto real. A UnB constitui a unidade de caso, permitindo investigação aprofundada da dinâmica do endividamento em uma organização pública de grande porte.

O delineamento temporal da pesquisa é híbrido. A abordagem é longitudinal ao analisar a evolução de variáveis como o volume da dívida e a adesão a benefícios entre 2017 e 2024. Concomitantemente, a pesquisa adota um corte transversal ao realizar a análise de perfil detalhada dos servidores, utilizando como "fotografia" do momento os dados referentes aos meses de outubro e dezembro de 2024.

4.3 TÉCNICAS DE COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Para o desenvolvimento da pesquisa, a principal técnica de coleta foi a pesquisa documental, com base em dados secundários. As informações financeiras e funcionais dos servidores da UnB foram extraídas do SIAPE, por meio da sua ferramenta de *Data Warehouse* (DW).

Os dados brutos, devidamente anonimizados para garantir o sigilo e a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), incluíram variáveis como remuneração bruta, valor total das parcelas de consignação, tipo de cargo, situação funcional, nível de carreira, entre outras.

O tratamento dos dados consistiu na consolidação das diferentes bases em uma planilha mestra, na limpeza e padronização das variáveis e no cálculo de métricas analíticas, como a taxa de endividamento, o percentual médio de comprometimento da renda, o valor médio da dívida por servidor e o índice de múltiplos contratos. A análise estatística e a geração de gráficos foram realizadas com o auxílio de *softwares* especializados.

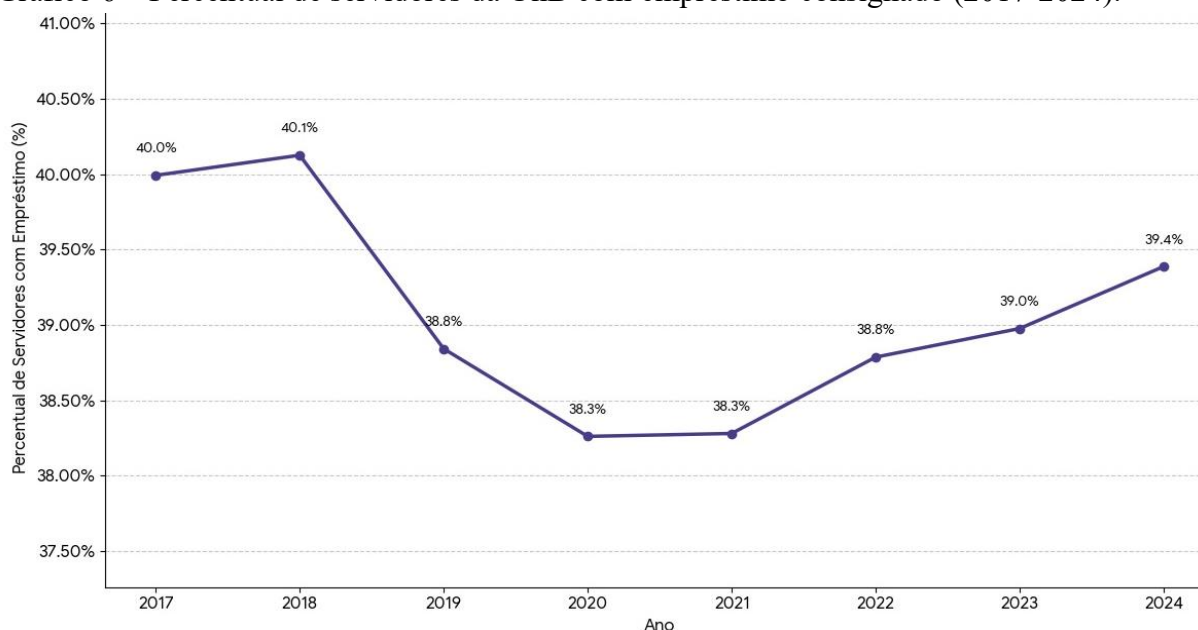
5 EVOLUÇÃO DO VOLUME GLOBAL DE CONSIGNAÇÕES NA UnB (2017-2024)

5.1 A DINÂMICA DO ENDIVIDAMENTO NA UnB: prevalência, expansão do volume e intensificação da dívida (2017-2024)

A análise do endividamento dos servidores da UnB revela um cenário complexo, cuja compreensão exige a análise de diferentes métricas ao longo do período de 2017 a 2024. A primeira dimensão a ser compreendida é a da prevalência, no que se refere à proporção de servidores que recorrem ao crédito consignado.

Conforme se observa no Gráfico 6, o percentual de servidores (ativos e aposentados) com ao menos um empréstimo consignado no seu contracheque manteve-se em um patamar notavelmente estável, oscilando consistentemente em torno de 40%. Esse dado indica que o endividamento na Instituição não se caracteriza por uma expansão para novas parcelas do corpo funcional, mas, sim, por ser uma condição crônica e estrutural, que afeta uma base consolidada de aproximadamente dois em cada cinco servidores.

Gráfico 6 – Percentual de servidores da UnB com empréstimo consignado (2017-2024).

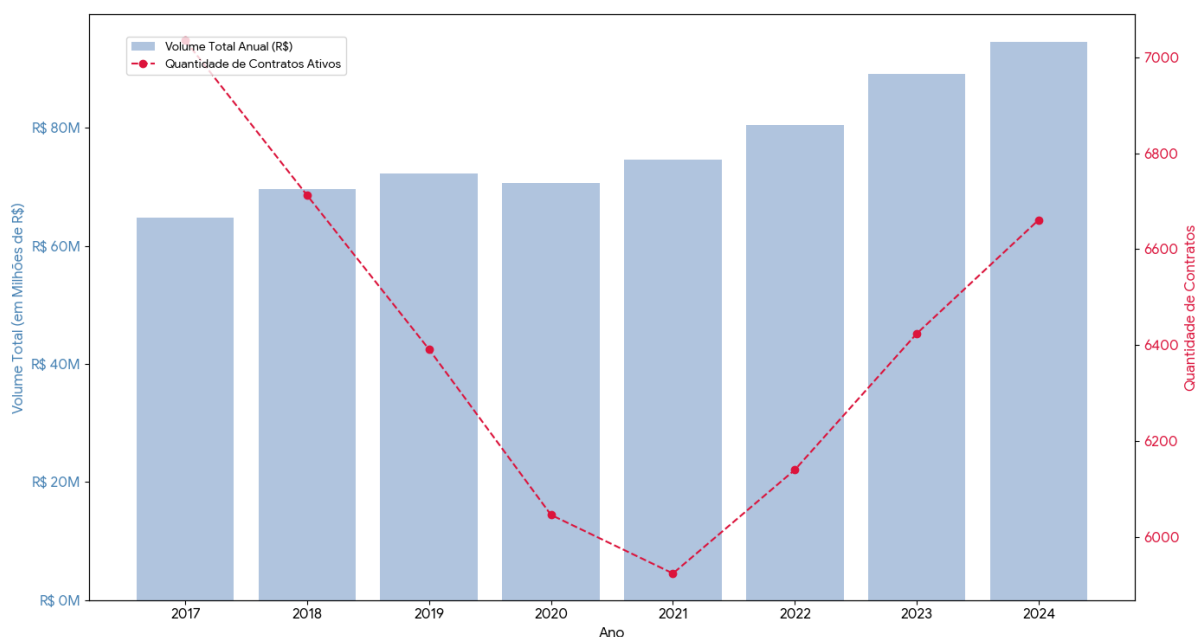


Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

Apesar da estabilidade no percentual de servidores com empréstimo consignado em folha de pagamento, o volume financeiro total destinado a essas operações apresentou

trajetória diferente. O Gráfico 7 compara a evolução do volume total de consignações (em R\$) com a quantidade de contratos ativos. A análise revela divergência entre o volume total, que cresceu de forma expressiva (barras), e a quantidade de contratos (linha), que apresentou queda entre 2017 e 2021, com leve recuperação posterior, mas sem retomar ao patamar inicial.

Gráfico 7 – Evolução do volume e quantidade de consignações na UnB (2017-2024)



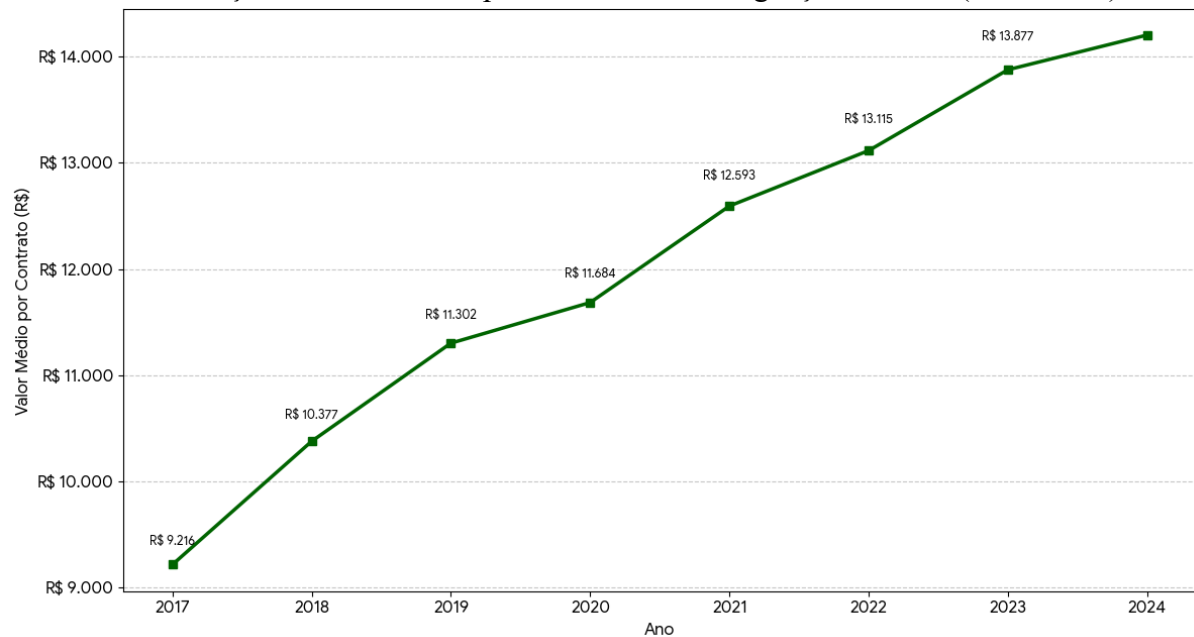
Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

A explicação para essa divergência pode ser explicada pela intensificação do valor de cada operação de crédito. Ao calcular a evolução do valor médio por contrato de consignação, demonstrada no Gráfico 8, a tendência geral pode ser observada. O valor médio saltou de aproximadamente R\$ 9.216 em 2017 para R\$ 14.203 em 2024, aumento de 54,1%.

Ressalta-se, contudo, que o valor médio, embora representativo da tendência geral de aumento, oculta variações individuais significativas. O valor máximo de um contrato individual é diretamente limitado pela margem consignável de cada servidor, que corresponde a um percentual de sua remuneração. Assim, servidores com remunerações mais altas possuem margem maior e, conseqüentemente, a capacidade de contratar empréstimos de valores individualmente superiores, enquanto aqueles com rendimentos menores estão restritos a operações de menor porte.

Apesar dessa variação, o fato de a média geral ter crescido de forma tão expressiva indica que a tendência foi a de buscar operações de crédito de maior valor ao longo do tempo, aproximando-se cada vez mais do teto permitido pela margem individual.

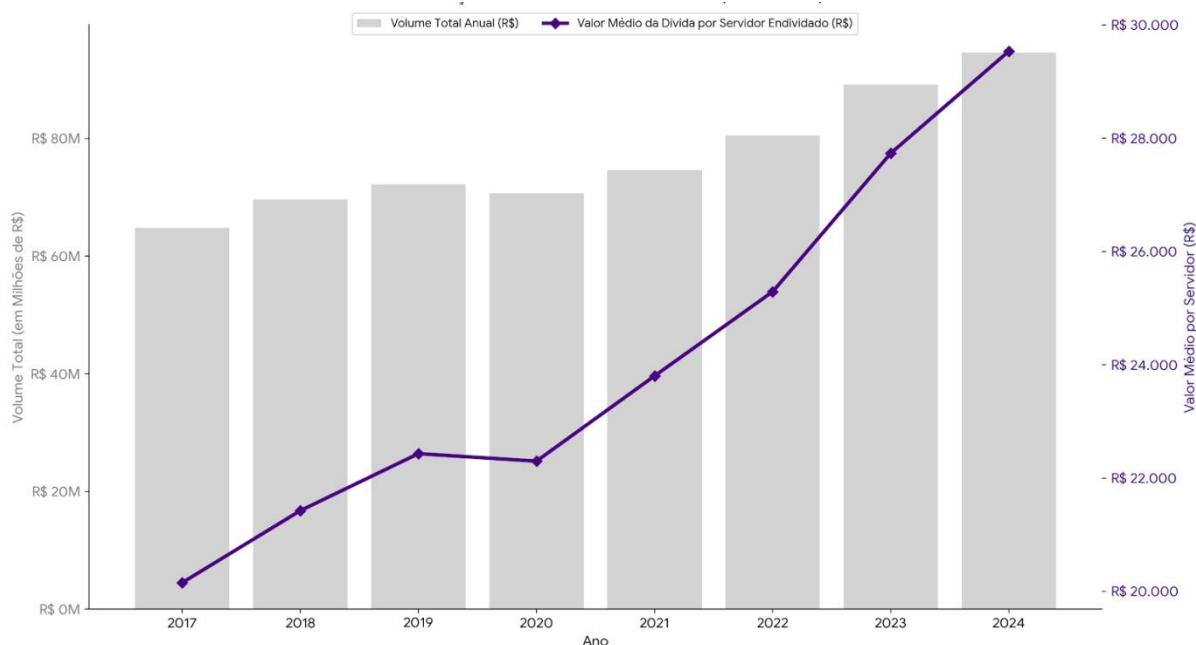
Gráfico 8 – Evolução do valor médio por contrato de consignação na UnB (2017-2024)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

Assim, ao cruzar o volume total da dívida com o número de servidores únicos com empréstimo, chega-se à conclusão sobre a intensificação do endividamento por servidor. O Gráfico 9 mostra que o crescimento de 46% no volume total de consignações foi quase inteiramente absorvido pela base estável de servidores com empréstimos. O resultado é que o valor médio da dívida por servidor endividado cresceu de R\$ 20.152 em 2017 para R\$ 29.537 em 2024. Verificou-se, também, que esse aumento da dívida individual ocorre no mesmo período em que a categoria passou por forte estagnação remuneratória.

Gráfico 9 – A intensificação do endividamento na UnB (2017-2024)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

Com uma base estruturalmente estável de servidores – ativos e aposentados, com empréstimos consignados – aproximadamente 40% no quadro funcional, constatou-se o aumento de 46% no volume total da dívida, que foi sustentado por um expressivo crescimento de 54,1% no valor médio por contrato. Essa intensificação, ocorrendo em um contexto de forte corrosão salarial, sugere que o crédito deixou de ser uma ferramenta de oportunidade para se tornar mecanismo de necessidade. Configura-se, assim, um ciclo de dependência, no qual os servidores recorrem a obrigações financeiras cada vez maiores para compensar a perda estrutural de seu poder de compra, gerando crescente vulnerabilidade financeira.

5.2 O EFEITO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA TRAJETÓRIA DO ENDIVIDAMENTO

A análise da evolução temporal do endividamento, sintetizadas no Gráfico 7 e no Gráfico 9, revelou que a trajetória ascendente do volume da dívida não foi linear, sendo visivelmente impactada pela crise sanitária da COVID-19, deflagrada no ano de 2020. Assim, o comportamento dos servidores e do mercado de crédito nesse período pode ser dividido em dois momentos distintos.

O primeiro momento, correspondente ao ano de 2020, é marcado por uma queda tanto no volume total de consignações quanto no número de contratos ativos. Essa retração

sugere comportamento de aversão ao risco e de forte incerteza econômica no início da pandemia. Diante de um cenário global imprevisível, é provável que os servidores tenham adotado uma postura de maior cautela financeira, adiando decisões de consumo e de contratação de crédito, ao mesmo tempo em que as instituições financeiras podem ter reavaliado as suas políticas de concessão.

O segundo momento, a partir de 2021, demonstra reversão e aceleração da tendência de contratação de operação de crédito consignado. Esse novo momento pode ser atribuído à confluência de três fatores: a perda contínua do poder de compra, a necessidade de reorganização orçamentária das famílias depois do choque inicial da crise, e ambiente macroeconômico de juros baixos. Naquele momento, a taxa básica de juros (Selic) atingiu o seu menor patamar histórico em janeiro de 2021 (1,90%), tornando o crédito, especialmente o consignado, ferramenta atrativa e acessível para a gestão das finanças. Assim, a pandemia, depois do freio inicial, parece ter atuado como catalisador para a intensificação do endividamento, agravando a tendência de recorrer ao crédito como mecanismo de compensação de renda.

5.3 PERFIL DO SERVIDOR ENDIVIDADO NA UNB: UMA ANÁLISE ESTRUTURAL

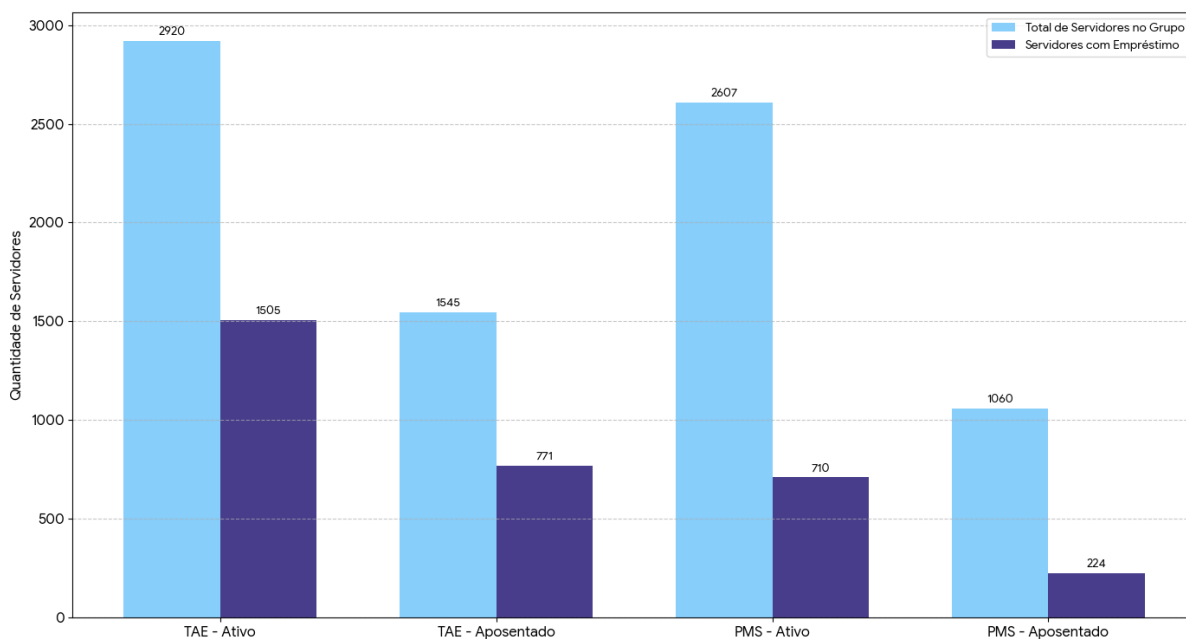
Depois da análise da dinâmica macro do endividamento na seção anterior, que apontou para a intensificação da dívida em um cenário de estabilidade no número de tomadores de crédito, esta seção se aprofunda na caracterização desse fenômeno. O objetivo é analisar os dados agregados para responder à uma pergunta importante: existe um perfil específico de servidor que sustenta a tendência de endividamento na UnB? A análise transversal, com base em dados de outubro e dezembro de 2024, revelou uma marcada heterogeneidade no comportamento financeiro, segmentando o corpo funcional por categoria, situação e nível de carreira.

5.4 ANÁLISE POR CATEGORIA FUNCIONAL (TAE E PMS)

A primeira etapa para caracterizar o perfil do servidor endividado na UnB consiste em analisar a distribuição quantitativa do fenômeno entre as diferentes categorias e situações funcionais. O Gráfico 10 apresenta comparativo entre o número total de servidores e o contingente de servidores com empréstimo consignado para cada um dos quatro grupos

principais: Técnicos-Administrativos (TAEs) Ativos e Aposentados, e Professores do Magistério Superior (PMS) Ativos e Aposentados, com dados referentes a dezembro de 2024.

Gráfico 10 – Comparativo entre o total de servidores e o total de servidores com empréstimo por grupo (dez./2024)

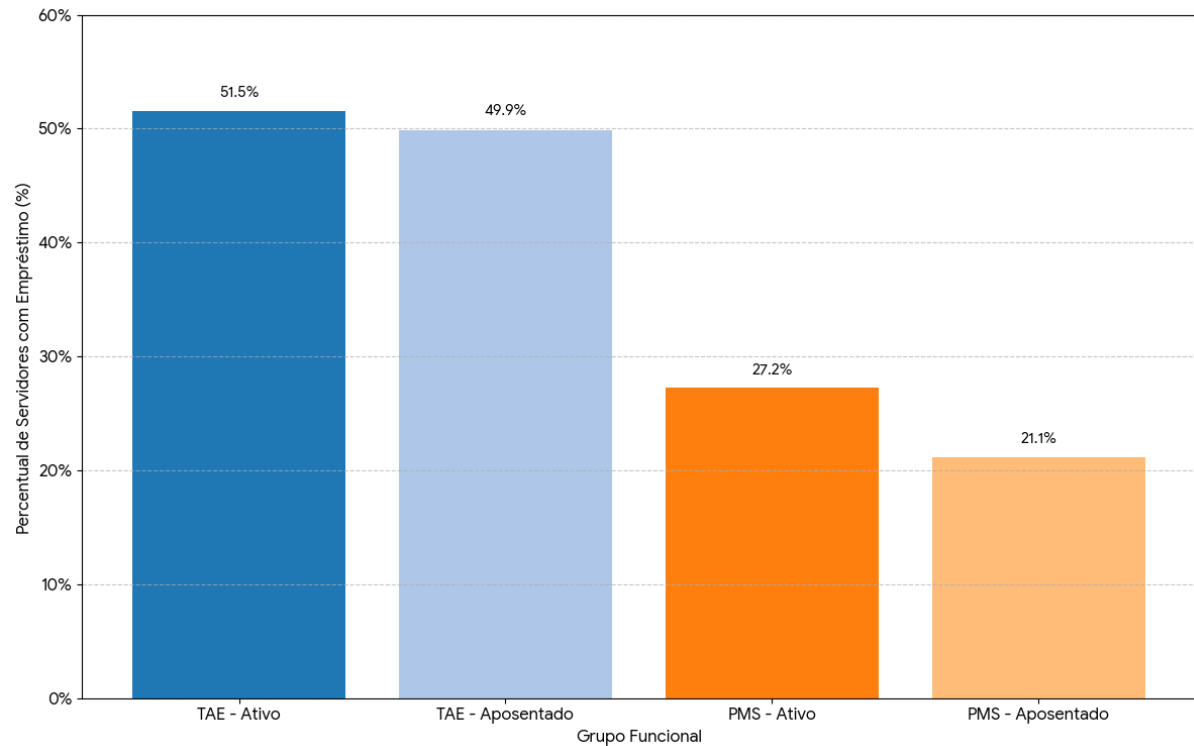


Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

A análise do Gráfico 10 permite extrair duas conclusões. Primeiro, evidencia-se a predominância numérica da carreira técnico-administrativa no quadro funcional da Universidade. Segundo, e mais relevante para este estudo, o gráfico revelou que o fenômeno do endividamento, em termos absolutos, está majoritariamente concentrado nesse grupo. Dos 3.210 servidores com empréstimo consignado na data de referência, 2.276 são TAEs, o que corresponde a 70,9% do total de servidores com empréstimo consignado. Em contrapartida, os docentes representam 29,1% desse contingente, com 934 servidores.

Já a taxa de endividamento – proporção de servidores com ao menos um empréstimo consignado – evidencia essa clivagem. Entre os TAEs, aproximadamente 51% dos ativos e 50% dos aposentados possuem consignações; enquanto entre os docentes, esses números caem para 27% dos ativos e 21% dos aposentados (dados da tabela calculada anteriormente). O Gráfico 11 ilustra visualmente que a carreira técnico-administrativa constitui o epicentro da prevalência do endividamento na Universidade. Essa diferença pode ser parcialmente atribuída às distintas estruturas remuneratórias e exigências de entrada, com a carreira TAE abrangendo gama maior de faixas salariais, incluindo as mais baixas.

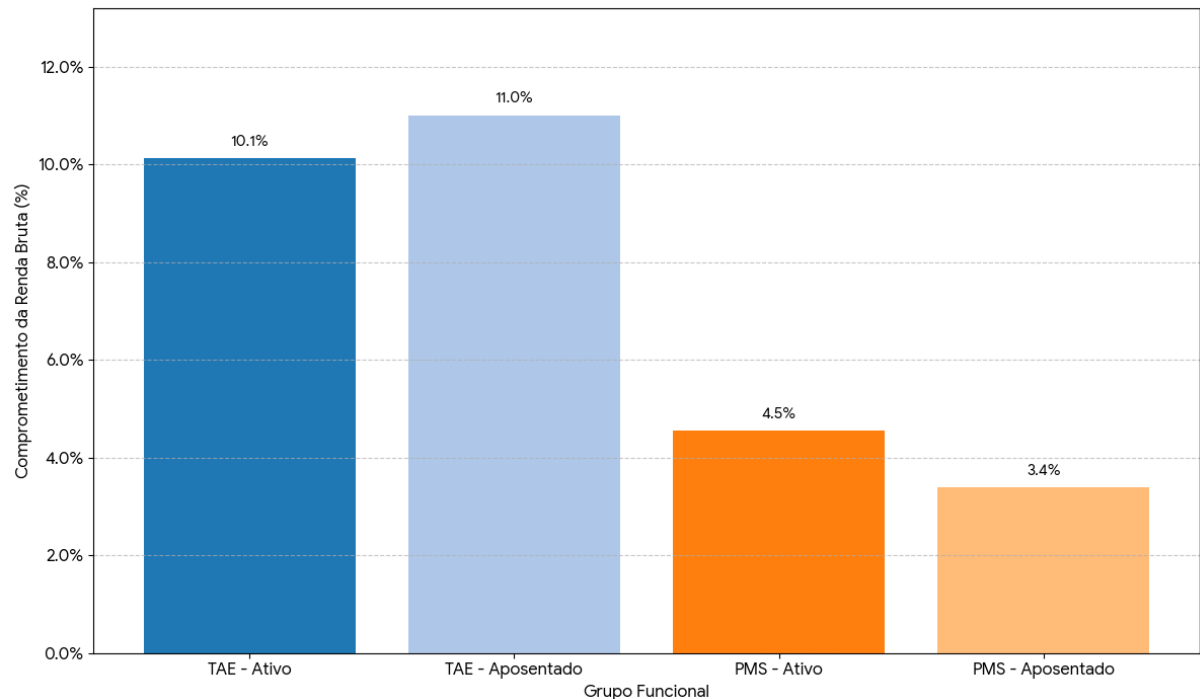
Gráfico 11 – Taxa de endividamento por categoria e situação na UnB (dez./2024)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

A diferença é intensificada ao se analisar a profundidade da dívida, medida pelo nível de comprometimento da renda. Conforme o Gráfico 12, o grupo dos TAEs aposentados emerge como o mais pressionado, com média de 11,0% da sua renda bruta mensal comprometida, seguido de perto pelos TAEs ativos, com 10,1%. Em contraste, o peso da dívida sobre a renda dos docentes é substancialmente menor, registrando 4,5% para os ativos e 3,4% para os aposentados. Esses dados sugerem que a pressão orçamentária decorrente das consignações é consideravelmente mais severa sobre a carreira técnico-administrativa.

Gráfico 12 – Percentual médio de comprometimento da renda por grupo (out./2024)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

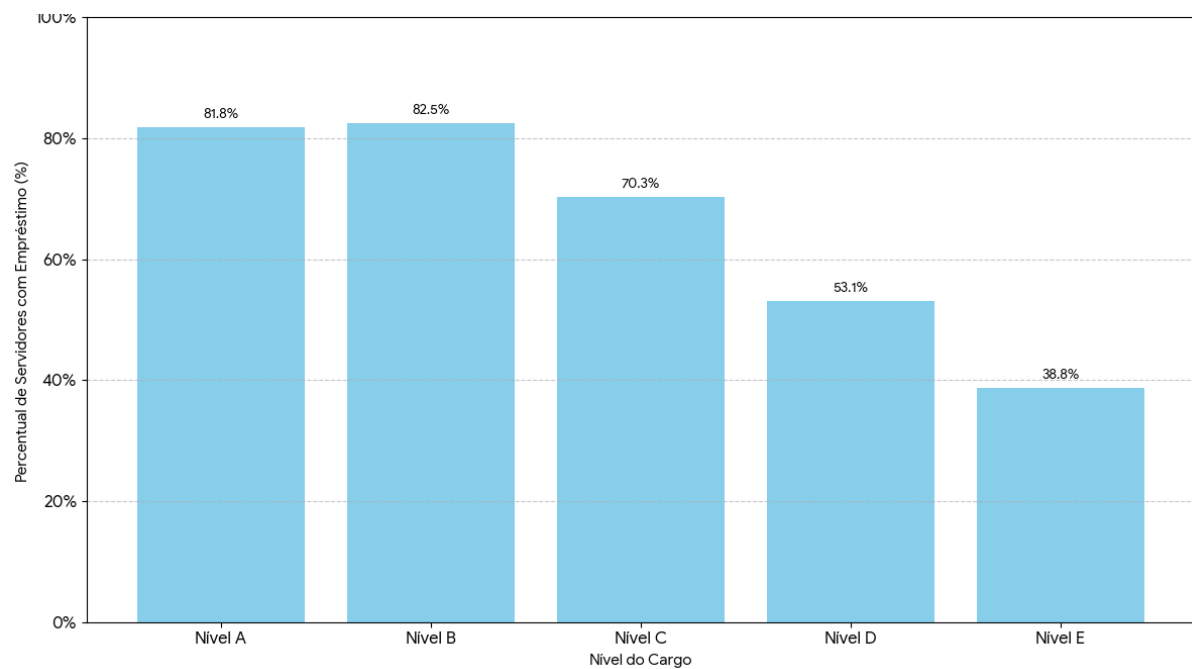
Nota: o cálculo utiliza a soma da remuneração bruta de out./2024 e a soma das parcelas de consignação de dez./2024.

5.4.1 Análise da carreira TAE por nível de cargo (A, B, C, D e E)

Dado que a análise anterior apontou os TAEs como o grupo de maior vulnerabilidade, uma investigação específica dentro desta carreira se fez necessária. A análise do endividamento por nível de cargo (A, B, C, D e E) dos servidores ativos expôs relação complexa entre progressão funcional, remuneração e comportamento financeiro.

Primeiro, a taxa de endividamento é mais elevada nos níveis escolaridade para ingressos inferiores. Servidores dos níveis A (81,8%) e B (82,5%), nos degraus iniciais da carreira, apresentam as maiores taxas, indicando que, para esses grupos, o recurso ao crédito parece ser ferramenta quase universal para a gestão de suas finanças.

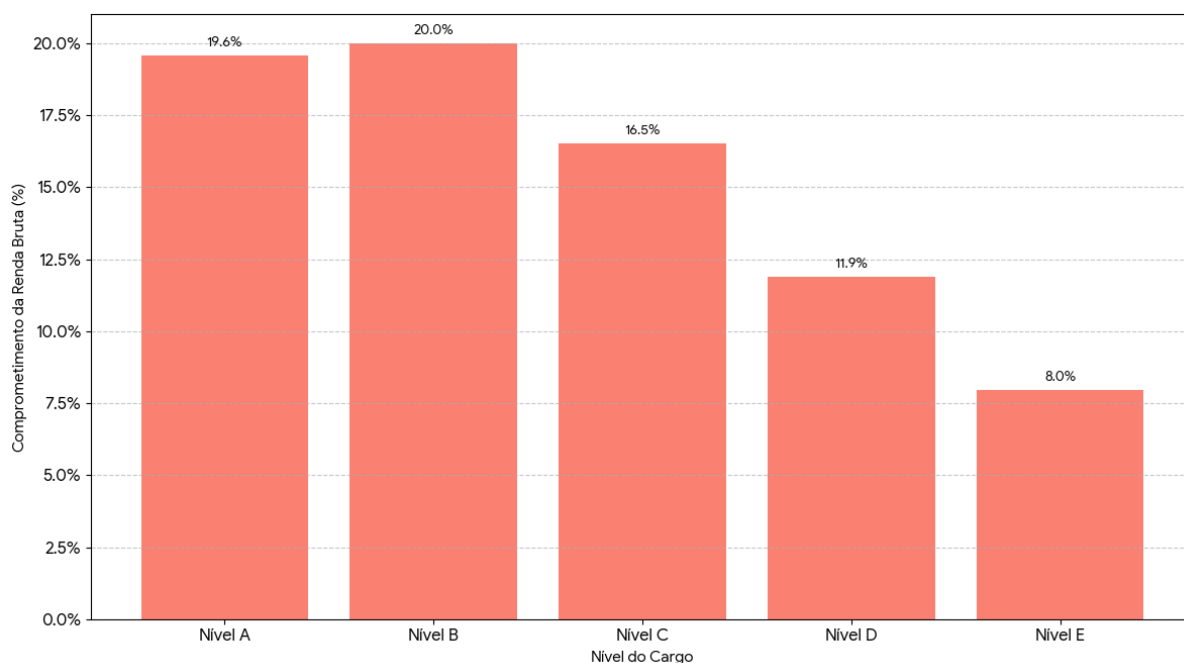
Gráfico 13 – Taxa de endividamento por nível de cargo (TAEs ativos – out./2024)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

Em segundo lugar, utilizando o valor global de remuneração por nível, a análise do peso relativo da dívida sobre a renda revela clara relação inversa, quanto menor o nível na carreira e a remuneração do servidor, maior é o percentual da sua renda comprometido com o pagamento de empréstimos consignados. O Gráfico 14 demonstra correlação inversa e linear entre o nível do cargo e o percentual de comprometimento. Servidores dos níveis A (19,6%) e B (20,0%) – aqueles com as menores remunerações – são os que sacrificam a maior fatia dos seus rendimentos para o pagamento de consignações. O peso da dívida diminui sistematicamente conforme o servidor progride na carreira, chegando a 8,0% no Nível E.

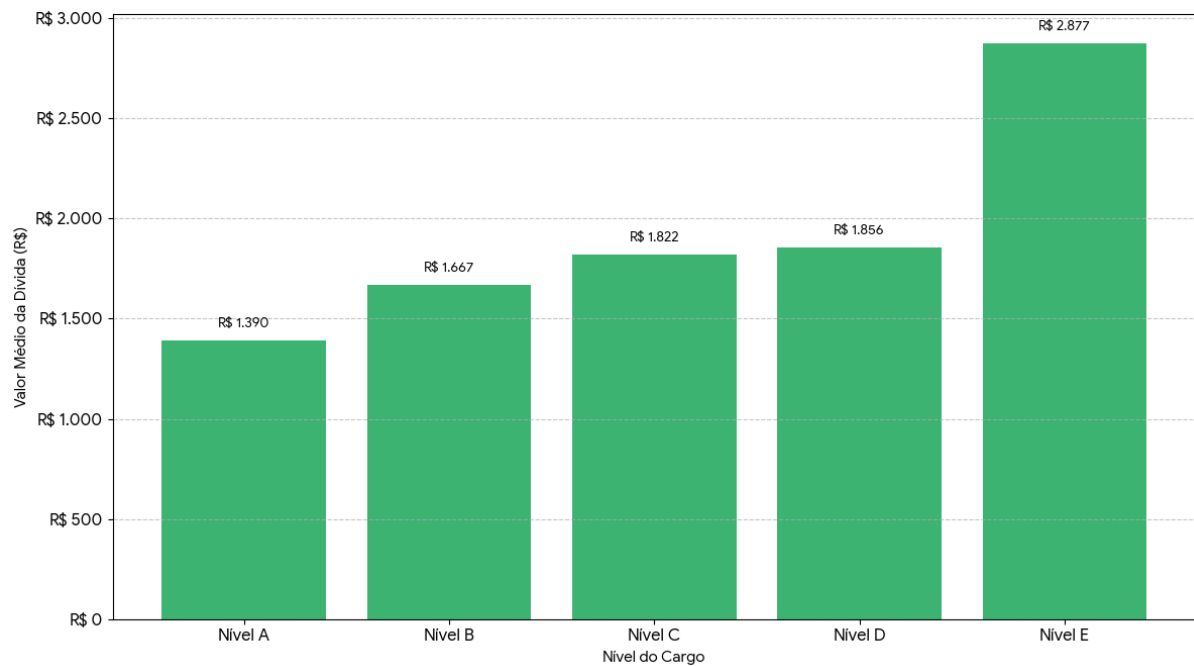
Gráfico 14 – Percentual de comprometimento da renda por nível de cargo (TAEs ativos – out./2024)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

Portanto, se a carga relativa da dívida diminui com o nível de cada cargo, o valor absoluto da dívida por servidor, por outro lado, aumenta. Conforme ilustra o Gráfico 15, o valor médio da dívida de um servidor do Nível E (R\$ 2.877) é mais do que o dobro do valor médio de um do Nível A (R\$ 1.389); o que confirma que a margem consignável, sendo um percentual da remuneração, atua como determinante chave, habilitando servidores com maior renda a contrair empréstimos de maior porte.

Gráfico 15 – Valor médio da dívida por servidor endividado por nível de cargo (TAEs ativos – out./2024)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

Em síntese, o perfil do servidor endividado na UnB é majoritariamente técnico-administrativo. Dentro dessa carreira, a análise revela um padrão claro: a base da pirâmide (níveis A, B e C) é caracterizada por alta prevalência de endividamento e severo comprometimento da renda, ainda que com valores nominais de dívida menores. Em contrapartida, o topo da carreira (nível E) apresenta menor taxa de endividamento e menor sacrifício relativo da renda, mas com dívidas de valor absoluto consideravelmente maiores.

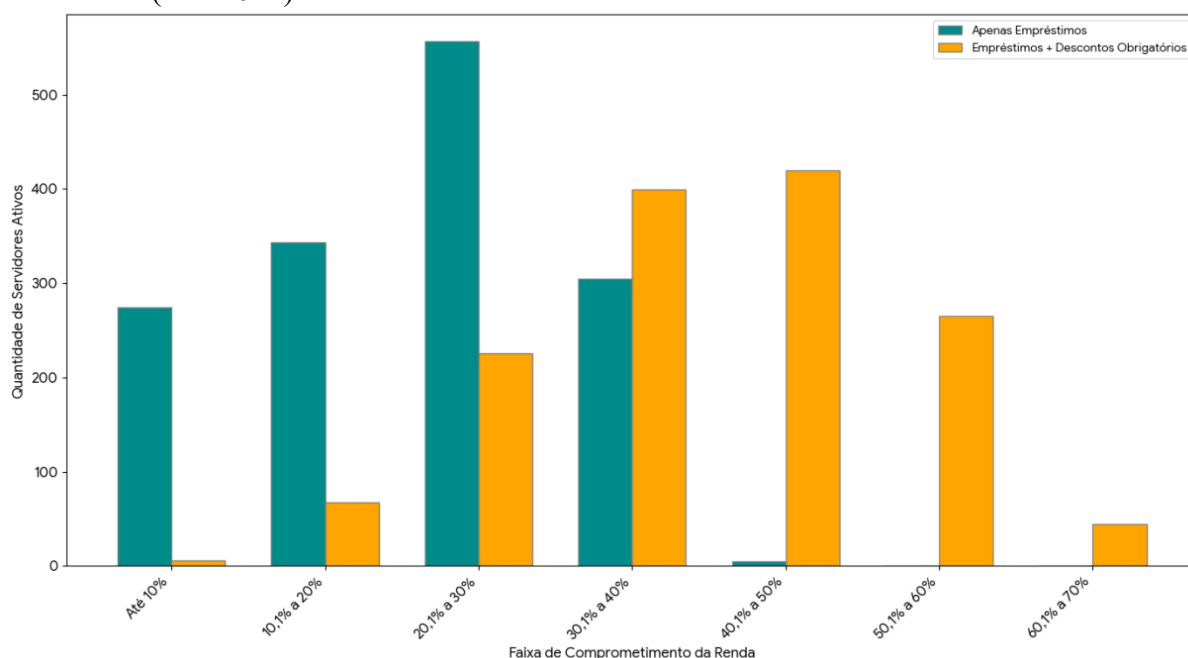
5.4.2 Análise da distribuição do comprometimento da renda na carreira TAE

Dado que a carreira técnico-administrativa representa mais de 70% do total de servidores com empréstimo na UnB, análise aprofundada da distribuição do comprometimento da renda nesse grupo é fundamental para compreender a extensão do fenômeno. Essa análise focou nos servidores TAEs ativos e aposentados, utilizando a folha de pagamento do mês de outubro de 2024 como base para a remuneração bruta, a fim de evitar distorções sazonais, a exemplo da gratificação natalina, e a folha do mês de dezembro de 2024 para os valores das consignações.

A pesquisa foi realizada em duas camadas: primeiro, analisando o comprometimento da renda apenas com as parcelas de empréstimos; segundo, somando a esses os descontos obrigatórios (Previdência e Imposto de Renda) para aferir a renda indisponível total.

Para os TAEs ativos, o Gráfico 16 ilustra a expressiva mudança de cenário entre as duas análises. Ao considerar apenas os empréstimos (barras verdes), nota-se concentração nas faixas de 20% a 30%. Contudo, ao incluir os descontos obrigatórios (barras amarelas), a distribuição se desloca massivamente para a direita. O número de servidores que compromete mais de 40% de sua renda bruta salta de apenas 5 para 729, revelando que mais da metade da amostra de servidores ativos endividados (51,1%) possui fatia substancial dos seus rendimentos retida na fonte.

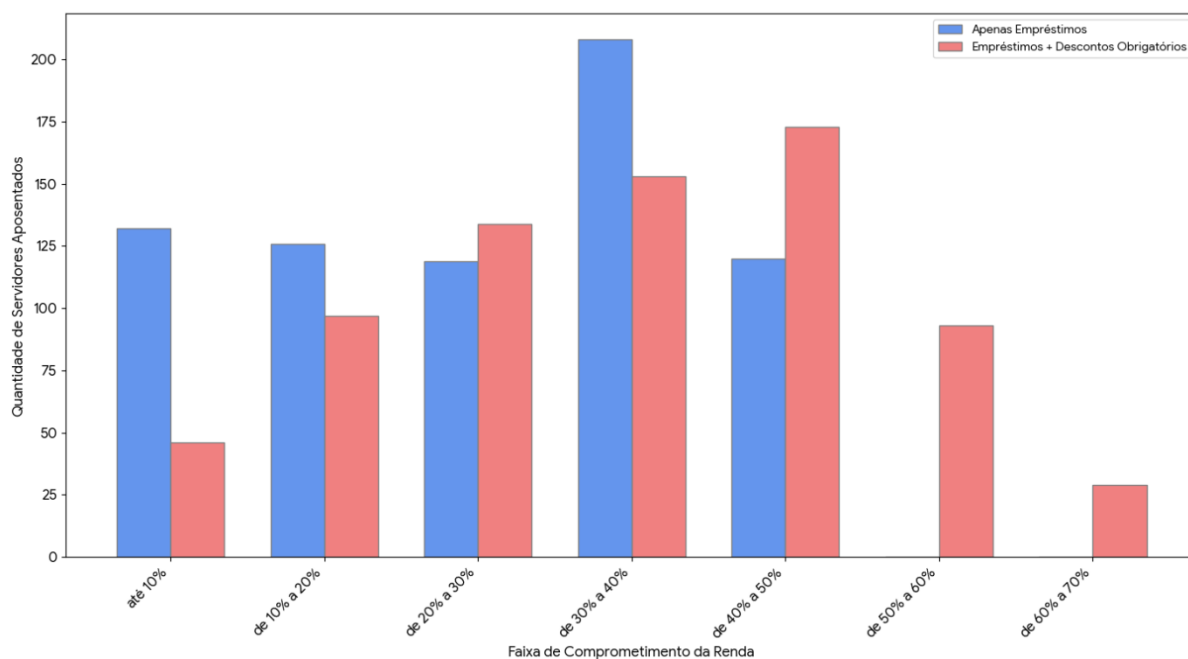
Gráfico 16 – Distribuição comparativa do comprometimento da renda para TAEs ativos (out./2024)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

O mesmo padrão se repete entre os TAEs aposentados, conforme demonstrado no Gráfico 17. Nesse grupo, a situação inicial já é mais severa, com concentração maior de servidores nas faixas de 30% a 50% de comprometimento apenas com empréstimos. Ao adicionar os descontos obrigatórios, a pressão sobre a renda se intensifica. Aproximadamente 40,7% dos aposentados endividados (295 servidores) passam a ter mais de 40% dos seus proventos comprometidos.

Gráfico 17 – Distribuição comparativa do comprometimento da renda para TAEs aposentados (out./2024)



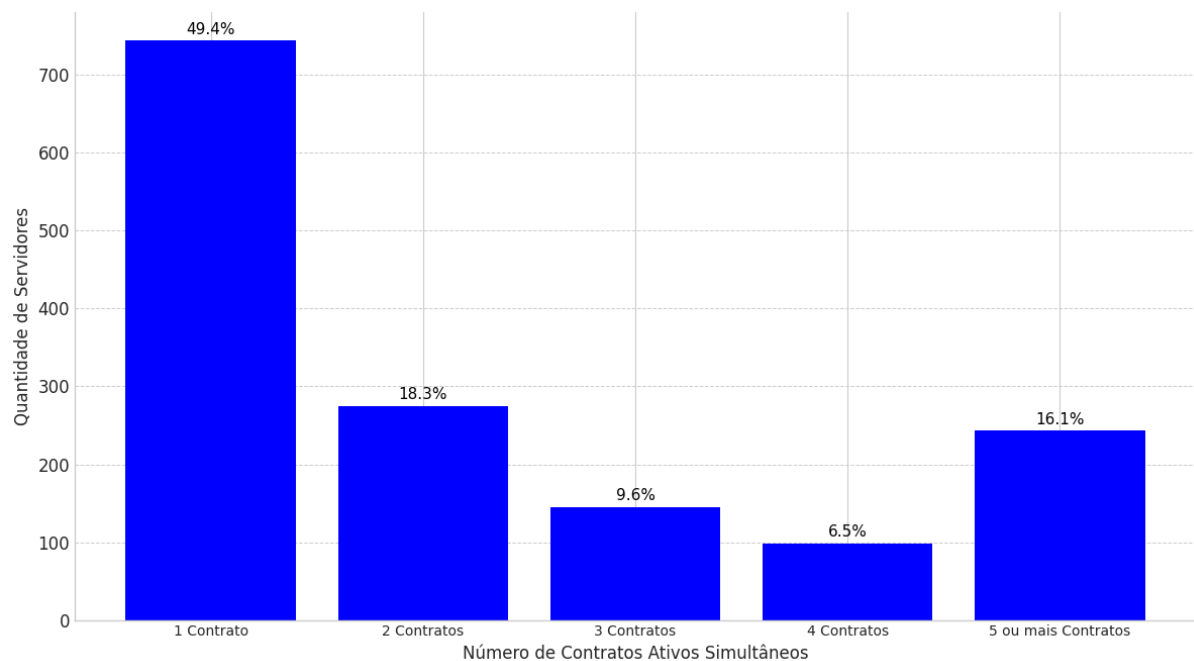
Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

A conclusão desta análise de distribuição é que para a grande maioria dos técnico-administrativos com empréstimos consignados, tanto ativos quanto aposentados, a combinação de dívidas facultativas e obrigações legais consome porção significativa dos seus rendimentos que a capacidade de gestão sobre o próprio orçamento pode ficar consideravelmente limitada. Esse cenário de alta rigidez orçamentária finaliza a caracterização do perfil do servidor endividado, abrindo caminho para a discussão das causas e consequências desse fenômeno.

5.4.3 Padrões de multi-endividamento entre os TAEs ativos

Para além da prevalência e do comprometimento da renda, a análise do perfil de endividamento dos TAEs ativos se aprofunda ao investigar a multiplicidade de contratos por servidor. Esse indicador revela a complexidade da gestão financeira individual e a recorrência na contratação de crédito. O Gráfico 18 apresenta a distribuição da quantidade de contratos de empréstimo consignado para a amostra de 1.505 TAEs ativos com empréstimo consignado em folha de pagamento em dezembro de 2024.

Gráfico 18 – Distribuição da quantidade de contratos por servidor (Amostra de 1.505 TAEs Ativos com Empréstimo – dez./2024)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

Os dados demonstram que o multi-endividamento é uma realidade para mais da metade desse grupo. Embora 744 servidores (49,4%) possuam um único contrato ativo, 50,6% (761 servidores) operam com dois ou mais empréstimos simultâneos. Essa prática sugere que o crédito consignado é utilizado de forma contínua e sobreposta.

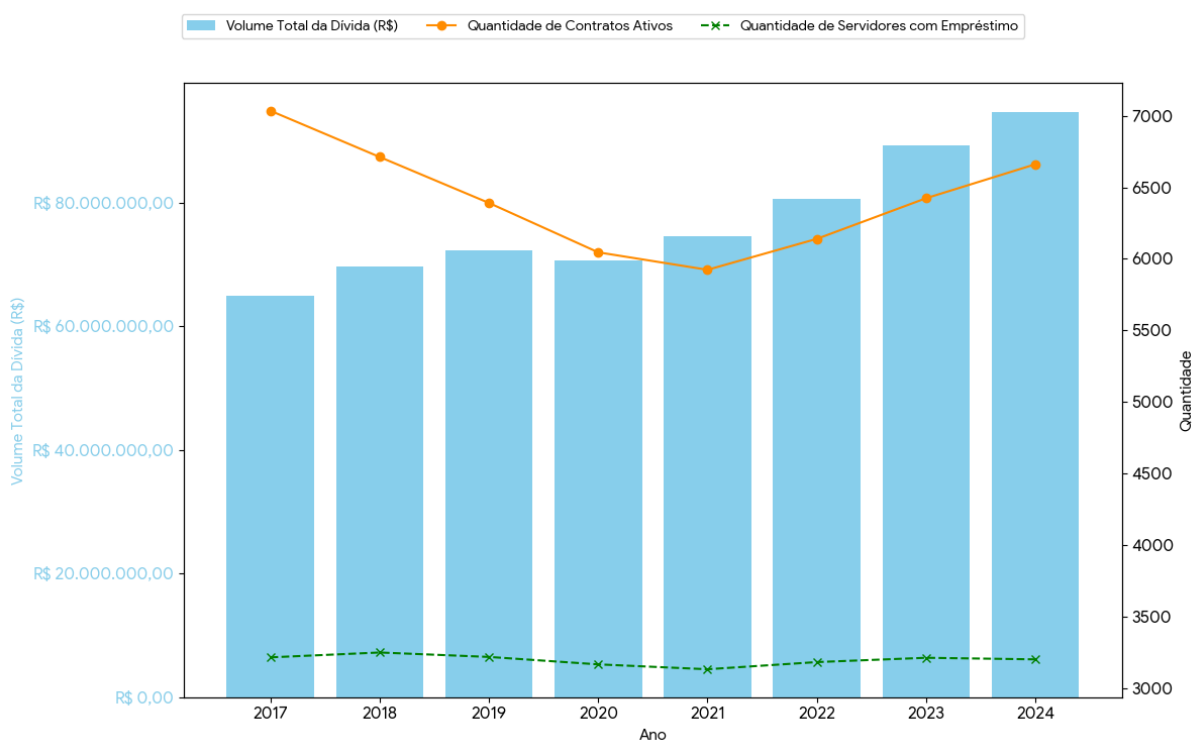
O resultado mais preocupante reside na "cauda longa" da distribuição: um contingente de 243 servidores, correspondendo a 16,1% dos TAEs com empréstimos, possui cinco ou mais contratos ativos. Esse subgrupo representa um quadro de altíssima complexidade e vulnerabilidade financeira, no qual a gestão do orçamento é severamente restringida pela multiplicidade de obrigações, indicando possível superendividamento crônico. A existência desse padrão reforça a tese de que, para parcela significativa dos servidores, o crédito se tornou um mecanismo indispensável e recorrente de gestão financeira.

5.5 A RELAÇÃO CAUSAL: estagnação salarial como vetor de endividamento

As seções anteriores diagnosticaram o perfil e a dinâmica do endividamento dos servidores da UnB, revelando uma marcada intensificação da dívida sobre uma base estável de servidores. Esta seção avança da descrição para a explicação, com o objetivo de investigar a relação entre esse fenômeno e a política de estagnação salarial do período, avaliando a hipótese de que a perda do poder de compra atuou como vetor fundamental para a expansão da dívida individual.

O ponto central desse argumento reside na justaposição de duas tendências macroeconômicas opostas que ocorreram no mesmo intervalo de tempo. De um lado, a análise contextual demonstrou que no período de 2017 a 2024 os servidores enfrentaram perda de poder de compra acumulada de aproximadamente 18%. De outro, a análise dos dados da folha de pagamento revelou que a dívida média por servidor endividado na UnB cresceu 46,6% no mesmo período. A simultaneidade e a direcionalidade oposta desses movimentos apontam para forte correlação que transcende a mera coincidência. O Gráfico 19 sintetiza visualmente essa divergência.

Gráfico 19 – Síntese da dinâmica do endividamento na UnB, comparando a evolução do volume total da dívida com a quantidade de contratos e de servidores únicos com empréstimo (2017-2024)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

Os dados, portanto, sugerem fortemente que o crédito consignado transmutou o seu papel no orçamento familiar dos servidores. Deixou de ser um instrumento para aquisições planejadas ou emergências pontuais para se tornar um mecanismo estrutural de compensação de renda. Diante da incapacidade do salário de cobrir as despesas correntes ou de manter padrão de vida anteriormente estabelecido – conforme previsto pela hipótese da renda relativa de Duesenberry (1949) –, os servidores, especialmente os grupos mais vulneráveis identificados, parecem ter recorrido à alavancagem financeira para preencher a lacuna deixada pela inflação.

Esse comportamento empírico identificado na UnB é corroborado pela teoria de Minsky (2010) acerca da fragilidade financeira, que argumenta que, em sistemas com grande disponibilidade de crédito, o financiamento passa a ser elemento estrutural do consumo das famílias, elevando a sua vulnerabilidade. Embora seja administrável em tempos de normalidade, essa condição expõe os agentes econômicos – neste caso, os servidores – a riscos significativos diante de choques externos. É nesse momento que a teoria se aprofunda, pois, à medida que o sistema se torna mais frágil, a crise se torna presente. No contexto dos servidores, essa alteração poderia ser uma mudança abrupta nas taxas de juros, uma despesa familiar inesperada ou a perda de renda de um cônjuge, transformando a dívida gerenciada em uma crise de superendividamento.

Portanto, embora a comprovação definitiva da causalidade em nível individual demandasse estudos de natureza qualitativa, a evidência quantitativa apresentada estabelece uma conexão entre a política remuneratória e o comportamento financeiro dos servidores. As análises reforçam a tese de que a intensificação do endividamento é uma resposta adaptativa à precarização salarial, resultando em um ciclo de dependência do crédito para a manutenção da estabilidade orçamentária.

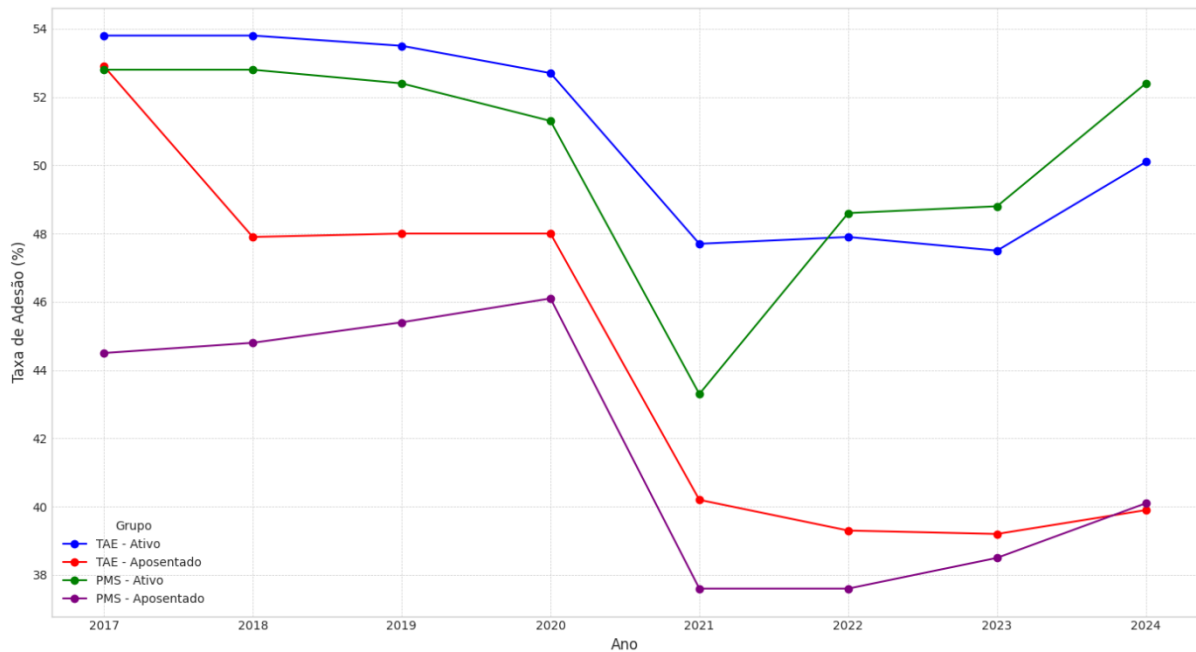
5.6 ANÁLISE DAS CONSIGNAÇÕES DE NATUREZA NÃO BANCÁRIA: a influência dos planos de saúde

Para compreensão integral da pressão orçamentária sobre os servidores, a análise estendeu-se para além dos empréstimos bancários e abrangeu outras consignações de valor relevante. Conforme estabelecido no referencial deste trabalho, a adesão a planos de saúde privados e seguros institucionais representa comprometimento fixo e significativo da renda líquida. Assim, a pesquisa buscou investigar a dinâmica de adesão ao auxílio-saúde suplementar, utilizando-o como um indicador da prevalência de despesas com saúde no quadro funcional da UnB.

A análise da evolução da taxa de servidores que recebem o auxílio-saúde, entre 2017 e 2024, revelou dois padrões principais, conforme ilustrado no Gráfico 20. Primeiro, os servidores ativos, tanto técnicos quanto docentes, apresentam taxa de adesão historicamente superior à dos aposentados, o que pode indicar maior necessidade percebida do benefício durante a vida laboral ou dificuldades dos aposentados em arcar com os custos de um plano. Em segundo lugar, observou-se queda generalizada na adesão em 2021, no auge da pandemia,

possivelmente refletindo contenção de despesas em um momento de máxima incerteza econômica, seguida de recuperação gradual nos anos subsequentes.

Gráfico 20 – Evolução da taxa de adesão ao Auxílio-Saúde por categoria e situação funcional (2017-2024)

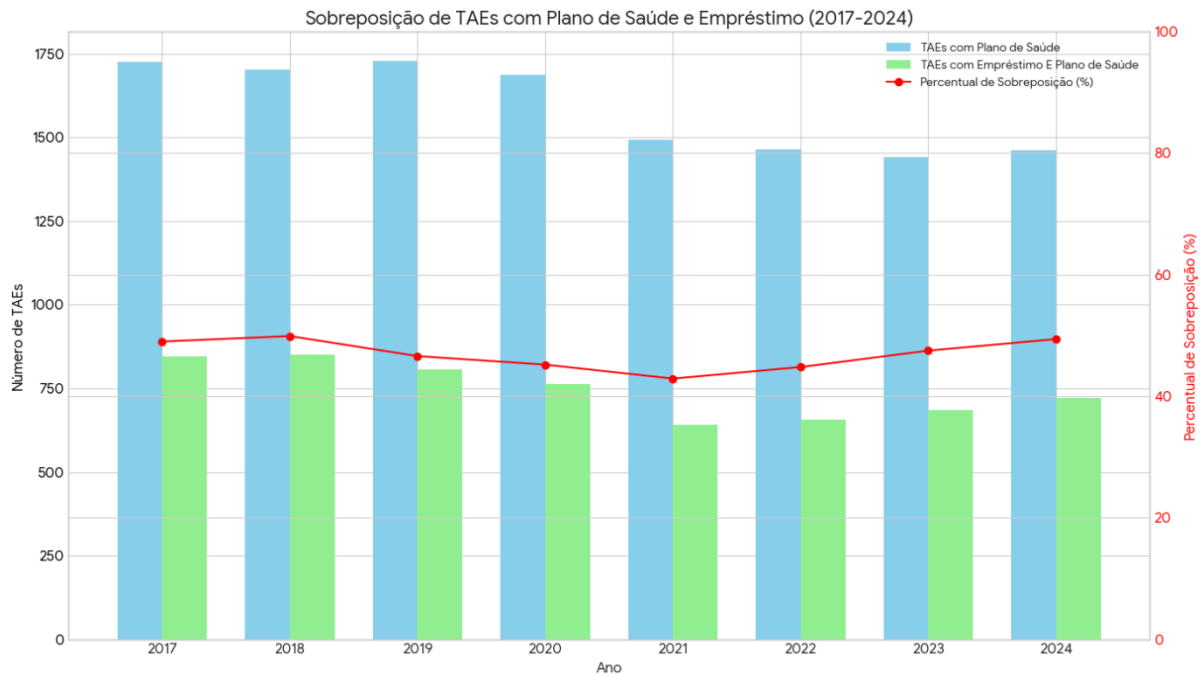


Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

5.6.1 Estudo de Caso: a sobreposição de Despesas Fixas nos TAEs Ativos

Para aprofundar a compreensão de como essa despesa essencial interage com o endividamento por empréstimos, realizou-se um estudo de caso focado no grupo dos TAEs Ativos. O Gráfico 21 analisa a sobreposição das duas obrigações financeiras para esse grupo.

Gráfico 21 – Sobreposição de empréstimos e planos de saúde entre TAEs ativos (2017-2024)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

O resultado é um indicador da pressão financeira sobre essa categoria. De forma consistente ao longo de todo o período, aproximadamente metade (entre 43% e 50%) dos TAEs ativos que possuem plano de saúde também estão, simultaneamente, pagando parcelas de empréstimos consignados. Esse cenário de duplo comprometimento demonstra elevada rigidez orçamentária, na qual parcela expressiva da remuneração já se encontra retida na fonte para cobrir tanto dívidas voluntárias quanto despesas essenciais.

A análise da consignação de planos de saúde revelou um fator adicional de vulnerabilidade financeira. A combinação de uma despesa fixa e de alto valor com o endividamento por empréstimos, especialmente entre os TAEs, reduz drasticamente a renda disponível, limitando a capacidade de poupança e de resposta a imprevistos e reforçando a dependência de novos ciclos de crédito para a gestão das finanças.

5.7 DISCUSSÃO DAS IMPLICAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS DO ENDIVIDAMENTO

As análises quantitativas apresentadas neste capítulo revelaram um cenário de endividamento crônico e intensificado entre os servidores da UnB, com especial vulnerabilidade na carreira técnico-administrativa. A interpretação desses dados, à luz do referencial teórico, permite discutir as implicações desse fenômeno em três níveis: para o indivíduo, para a instituição e para a sociedade.

No nível micro, as consequências do superendividamento, caracterizado pela impossibilidade de honrar dívidas sem comprometer a subsistência, ultrapassam a esfera financeira. A alta prevalência de múltiplos contratos e o elevado comprometimento da renda, especialmente entre os TAEs de níveis iniciais, são indicadores que apontam para um quadro de forte pressão orçamentária. Essa situação, conforme descrito por Schmidit Neto (2009), pode desencadear impactos emocionais e psicológicos severos, como estresse, ansiedade e depressão. A condição de endividamento crônico pode ser interpretada pelo indivíduo como uma falha na gestão de suas finanças e na realização dos seus projetos de vida, afetando diretamente o seu equilíbrio mental.

No nível meso, as implicações para a UnB enquanto organização são igualmente relevantes. A literatura aponta que a instabilidade financeira dos colaboradores afeta diretamente o ambiente de trabalho, podendo comprometer a eficiência, a motivação e as relações interpessoais. Servidores sob estresse financeiro tendem a apresentar menor desempenho e maior rotatividade. Conforme já apontado por estudos, na UnB, o endividamento deve ser considerado uma variável crítica na formulação de ações voltadas à saúde ocupacional e à qualidade de vida no trabalho. A ausência de políticas institucionais de educação financeira e de redes de apoio contribui para a perpetuação de práticas orçamentárias inadequadas, exigindo maior atenção das instâncias gestoras da universidade.

No nível macro, o cenário observado na UnB dialoga com o panorama nacional de endividamento. Os dados da CNC, que apontam que mais de 78% das famílias brasileiras possuíam dívidas em 2023, contextualizam o caso da Universidade como reflexo de uma tendência socioeconômica mais ampla. A combinação de inflação elevada e lenta recuperação econômica, somada à estagnação salarial específica dos servidores públicos federais das IFES, criou ambiente propício para que o crédito, especialmente o consignado, deixasse de ser um recurso de planejamento para se tornar uma extensão da renda, perpetuando ciclos de dependência e vulnerabilidade financeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central analisar a evolução e os efeitos do endividamento dos servidores públicos federais da Universidade de Brasília em um período marcado por profundas transformações econômicas e por acentuada estagnação salarial. Por meio da análise de dados institucionais, buscou-se mensurar o comprometimento da renda e traçar o perfil dos servidores mais afetados e investigar a relação entre a perda do poder de compra e a crescente dependência do crédito.

A análise dos dados revelou um cenário complexo e multifacetado, cujo principal resultado foi a constatação de uma intensificação da dívida, em vez de uma expansão no número de servidores com empréstimos consignados. Entre os anos de 2017 e 2024, verificou-se, sobre uma base estável de servidores, que o volume total da dívida cresceu 46%; movimento impulsionado por aumento de 54,1% no valor médio por contrato de empréstimo. O perfil desse endividamento demonstrou que a carreira Técnico-Administrativa em Educação (TAE) é desproporcionalmente mais afetada que a docente, com taxas de endividamento e de comprometimento médio da renda superiores ao dobro das observadas entre os Professores do Magistério Superior (PMS). Dentro da própria carreira TAE, observou-se que os servidores nos níveis de entrada, com salários menores, são os que apresentam as maiores taxas de endividamento e o maior peso relativo da dívida sobre seus orçamentos.

A hipótese central do trabalho foi reforçada pela justaposição desses dados com a perda salarial do período. A análise sugeriu que o aumento da dívida pode estar correlacionado à corrosão de aproximadamente 18% no poder de compra, consolidando o crédito como mecanismo estrutural para compensar essa perda de renda real. Finalmente, a investigação demonstrou que essa não é uma questão isolada, sendo agravada por múltiplas pressões financeiras. A sobreposição com despesas essenciais, a exemplo de planos de saúde, atinge quase metade dos TAEs que possuem o benefício e também arcam com empréstimos, o que aumenta a rigidez orçamentária e a vulnerabilidade financeira geral desses servidores.

Respondendo diretamente à questão de pesquisa, conclui-se que a evolução do endividamento na UnB no período foi caracterizada por aprofundamento da dependência do crédito por um grupo de devedores, como resposta adaptativa à precarização salarial. Este estudo contribui ao fornecer um caso de estudo detalhado que corrobora teorias financeiras e comportamentais (Minsky, 2010; Duesenberry, 1949) no contexto do serviço público brasileiro. De forma institucional, oferece um diagnóstico que pode subsidiar a formulação de políticas de gestão de pessoas e de bem-estar financeiro na UnB.

Reconhece-se, contudo, as limitações deste trabalho. A análise, por ser um estudo de caso quantitativo, não avança sobre as motivações e percepções subjetivas dos indivíduos. A indisponibilidade de dados sobre o valor exato de todas as consignações não bancárias restringiu a análise do impacto total na renda.

Nesse sentido, sugere-se, para trabalhos futuros, a realização de estudos de natureza qualitativa – entrevistas em profundidade com servidores dos diferentes perfis aqui identificados. Esse tipo de enfoque permitiria compreender os processos decisórios, as estratégias de gestão orçamentária e os impactos do endividamento na vida pessoal e profissional, aprofundando os achados quantitativos desta dissertação.

REFERÊNCIAS

ARTIFON, Simone; PIVA, Maristela. Educação financeira: uma estratégia para prevenção do endividamento das famílias. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 7, n. 1, p. 25–45, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária**. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb2022p.pdf>. Acesso em: 9 maio 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em: 10 mai. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de juros básicas – Histórico**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 5 abr. 2025.

BLACKWELL, Melanie; COBB, Steven; WEINBERG, David. The Economic Impact of Educational Institutions: Issues and Methodology. **Economic Development Quarterly**, v. 16, n. 1, p. 88-95, fev. 2002.

BRASIL. **Lei n. 3.998**, de 15 de dezembro de 1961. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13998.htm. Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. **Lei n. 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm. Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. **Lei n. 10.820**, de 17 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.820.htm. Acesso em: 7 maio. 2025.

BRASIL. **Lei n. 11.091**, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11091.htm. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. **Lei n. 12.772**, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei n. 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério

do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei n. 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei n. 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm. Acesso em: 7 jun. 2025.

BRASIL. **Lei n. 14.181**, de 1º de julho de 2021. Altera a Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14181.htm. Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL. **Lei n. 14.509**, de 27 de dezembro de 2022. Dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Lei/L14509.htm. Acesso em: 3 maio 2025.

BRASIL. **Lei n. 15.141**, de 2 de junho de 2025. Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/Lei/L15141.htm#art217. Acesso em 7 jun. 2025.

BROCHIER, Lídia; MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de. Crédito, riqueza e renda: uma revisão das teorias convencionais do consumo. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 959-988, mar. 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUESENBERY, James S. **Income, Saving and the Theory of Consumer Behavior**. Cambridge: Harvard University Press, 1949.

EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES (EBC). Endividamento atinge 76,6% das famílias brasileiras, mostra CNC. **Agência Brasil**. 2023. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/endividamento-atinge-766-das-familias-brasileiras-mostra-cnc>. Acesso em: 3 mar. 2025.

FERREIRA, Rodrigo. **Como planejar, organizar e controlar o seu dinheiro**. São Paulo: Thonsom, 2006.

FRIEDMAN, M. A Theory of the Consumption Function. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1957.

GREENBERG, M. S. A Theory of Indebtedness. In: GERGEN, K. J.; GREENBERG, M. S.; WILLIS, R. H. (Eds.). **Social Exchange**: Advances in theory and research. New York: Plenum Press, 1980. p. 3–26.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra: Observatório do Endividamento dos Consumidores, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. 2003.

MENEZES RAMOS, Deise Emanuele Lima. A família e o superendividamento: aspectos e consequências jurídicas. **Âmbito Jurídico**, 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-148/a-familia-e-o-superendividamento-aspectos-e-consequencias-juridicas/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MINSKY, Hyman, P. **Estabilizando uma economia instável**. São Paulo: Novo Século. 2010.

MODIGLIANI, Franco. Life cycle, individual thrift and the wealth of nations. **Science**, v. 234, n. 4777, p. 704-712. 1986.

MOURA, Rivânia. **Crédito consignado**: potência inteiramente nova de expropriação do trabalho. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NUNIS, Edívonete Alvis. **Desequilíbrios nas finanças dos servidores técnico-administrativos em educação da Universidade de Brasília**: avaliação do período da pandemia. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

PEREIRA, Andressa; ZAGANELLI, Margareth Vetis. Superendividamento do consumidor: prevenção e tratamento sob o prisma da dignidade da pessoa humana. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, v. 19, n. 1, p. 89–117, 2019.

PORTO, E. A. **Evolução do crédito pessoal no Brasil e o superendividamento do consumidor aposentado e pensionista em razão do empréstimo consignado**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível: https://rc.cplp.org/Record/oasisbr_lr_8cdf9972e65e3da2c4a375ba1bd8a72. Acesso em: 5 abr. 2025.

RIBEIRO, Darcy. **UnB**: invenção e descaminho. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

SCHMIDT NETO, Alfredo. **Superendividamento**: uma abordagem interdisciplinar. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SOUZA, Dinuarí da Rocha. **Endividamento do servidor público**: uma análise econômica da situação na UnB. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

SPC BRASIL. **Endividamento**: reunimos tudo o que você precisa saber. 2025. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/blog/endividamento>. Acesso em: 23 jun. 2025.

VASSALLO, M. D.; TAKASAGO, M.; MARQUES, M. C. Impacto Econômico da Universidade de Brasília no Distrito Federal e Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 14, n. 3, p. 548-573. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.54766/rberu.v14i3.686>. Acesso em: 12 maio 2025.

VIANA, Sandro Roberto Rodrigues. **Crédito consignado e endividamento dos servidores técnico-administrativos**: uma análise econômica da situação da Universidade de Brasília. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.